



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA**

**A “CADEIA VELHA” DE POMBAL-PB: DISCURSOS E DIÁLOGOS NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POMBALENSE NO SÉCULO XXI.**

Alessandre Ferreira dos Santos

**CAJAZEIRAS – PARAÍBA
2015**

ALESSANDRE FERREIRA DOS SANTOS

**A “CADEIA VELHA” DE POMBAL-PB: DISCURSOS E DIÁLOGOS NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POMBALENSE NO SÉCULO XXI.**

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientador^a: Prof.^a Dr.^a Viviane Gomes de Ceballos

**CAJAZEIRAS – PARAÍBA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras – Paraíba

S2371 Santos, Alexandre Ferreira dos
A “Cadeia Velha” de Pombal – PB: discursos e diálogos na
preservação do patrimônio histórico pombalense no século XXI. /
Alexandre Ferreira dos Santos, 2015.
74f. : il.
Bibliografia.

Orientador (a): Dra. Viviane Gomes de Ceballos.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Patrimônio histórico – Pombal - PB. 2. História – Pombal - PB.
3. “Cadeia Velha” – Pombal - PB. 4. Preservação do patrimônio
histórico. 5. Patrimônio e cultura. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II.
Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –94:351.853(813.3)

ALESSANDRE FERREIRA DOS SANTOS

A “CADEIA VELHA” DE POMBAL-PB: DISCURSOS E DIÁLOGOS NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POMBALENSE NO SÉCULO XXI.

Aprovado em: 16 / 03 / 15

Orientador: Viviane Gomes de Ceballos
Prof.^a Dr.^a. Viviane Gomes de Ceballos

Membros: Edinaura Almeida de Araujo
Prof.^a Me.^a. Edinaura Almeida de Araujo
(Examinadora)

Eliana de Souza Rolim
Prof.^a Me.^a. Eliana de Souza Rolim
(Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Rita Uhle
(Suplente I)

DEDICO

A minha vizinha **Francisca Ferreira de Sousa (Dona Chiquinha)** exemplo de superação e que aos noventa e oito anos de vida continua sendo a base de sustentação de nossa família.

A **Minha Família**, que nos momentos mais difíceis me acolheu e me deu apoio.

A **Minha Tia Lucia**, em memória, pessoa que sempre acreditou em mim e me deu força para continuar buscando os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, por ter me concedido a vida, por seu infinito amor e misericórdia e por ter me guiado em todos os momentos da jornada acadêmica.

À **Viviane Gomes de Ceballos**, professora, orientadora e amiga que desde o início deste trabalho vem me orientando com toda dedicação, sem você Viviane nada disso teria sido possível.

À **Minha Mãe Margarida**, por todas as vezes que saiu de madrugada em busca do alimento que garantiu o nosso sustento. Obrigado por tudo!

À **Ana Lucia Bandeira**, amada companheira com quem compartilhei momentos importantes nos últimos cinco anos, por ser compreensiva e por ter me apoiado nos momentos difíceis, por ser testemunha de toda a minha luta durante a jornada acadêmica.

Aos **professores e funcionários** da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras – PB, pela imensa contribuição no meu processo de formação profissional e pessoal, por todo conhecimento compartilhado e por momentos inesquecíveis proporcionados com muita sabedoria.

Aos **companheiros de curso**, remanescentes de uma história que iniciou-se em 2009, por todos os momentos inesquecíveis em que transformamos a sala de aulas em um ambiente mais que familiar, por todo conhecimento compartilhado e por termos enfrentados com maestria os desafios a nós propostos durante a jornada acadêmica.

À **Niara Nice**, amiga sincera, irmã de alma e coração que sempre me acolheu quando das minhas inquietações acadêmicas e pessoais, por toda paciência e por ter estado sempre a minha disposição.

À **CléiaThamires**, pelo companheirismo e pela amizade, por todas as vezes que nos reunimos para discutirmos os nossos trabalhos, momentos de grande relevância e que contribuiu significativamente para a escrita desse trabalho.

Aos **meus queridos sobrinhos, Mônica, Eduardo, Bianca e Cizia Emanuelle**, todos guardados em meu coração, a **Anna Letícia** filha enteada que há cinco anos tem me proporcionando a honra e o direito de ser pai.

RESUMO

A “cadeia velha” de Pombal-PB que durante muito tempo serviu a sociedade atuando como objeto de reclusão e de manutenção da ordem pública, local onde estiveram detidas pessoas que estão presentes até hoje no imaginário da população pombalense, foi o motivo principal para os debates calorosos acerca da preservação do patrimônio da cidade ocorrido nos primeiros anos do século XXI. Na ocasião, a cadeia, agora transformada em Casa de Cultura, foi alvo do abandono por parte do poder público e dos órgãos preservacionistas que deveriam proteger e preservar o patrimônio histórico da cidade. Escondida por trás de barracos servindo de banheiro para pessoas que frequentavam o local, a cadeia chamou a atenção da população que por meio de manifesto, pode se expressar causando um movimento que culminaria com mudanças significativas no centro histórico da cidade. Desde então o patrimônio histórico da cidade passou a ser visto de outra forma, pois, abriu-se a possibilidade para que novos trabalhos acadêmicos sejam realizados, gerando novas perspectivas para a história e contribuindo significativamente com a preservação da memória desse lugar. O presente trabalho tem como objetivo explorar questões acerca desse patrimônio histórico. A princípio buscamos compreender aspectos da construção da Cadeia Velha de Pombal-PB no século XIX, buscamos entender também como a cadeia é transformada em casa da cultura e como a sua existência influenciou no tombamento do centro histórico da cidade já no século XXI, dentro da perspectiva patrimonial buscamos compreender como se desenvolveu o tombamento dos bens históricos da cidade e como a participação popular durante esse processo contribuiu de forma significativa para as mudanças ocorridas no centro histórico da cidade.

PALAVRAS CHAVES: Preservação, Patrimônio e Cultura

ABSTRACT

The "Old Jail" of Pombal-PB that has long served the society acting as object of reclusion and maintenance of public order, where they were detained persons who are present today in the minds of the Pombalense population, was the main reason for the debates about the preservation of the heritage of the city occurred in the early years of the XXI century. At the time, the jail, now transformed into Casa da Cultura, was abandoned by government and preservationists organs which should to protect and to preserve the historic heritage of the city. Hidden behind shacks serving as bathroom for people who frequented the place, the jail call the attention of the population, that through of manifest, can express causing a movement that culminated in significant changes in the historic city center. Since then, the historic heritage of the city came to be seen otherwise, because, opened up the possibility for new academic study are realized, generating new perspectives for the history and contributing to the preservation of the memory this place. The aim of this study is to discuss issues about historic heritage. First the building of Pombal's Old Jail in XIXth century, we intend to understand the changing to House of Culture and its existence provides the historical center of the city. In this perspective, understand the development of the preservation of the historical heritage, and how people participate poignantly during this process.

KEYWORDS: Preservation, Heritage and Culture.

LISTA DE IMAGENS

FOTO 1- Casa da Cultura de Pombal- PB 2014	39
FOTO 2- Parte do piso de tijolo da cadeia 2014	41
FOTO 3- Parte do piso de pedra da Cadeia 2014	41
FOTO 4- Corredor principal da cadeia 2014	41
FOTO 5- Visão interna do corredor principal 2014	41
FOTO 6- Porta de cela masculina 2014	42
FOTO 7- Porta de cela feminina 2014	42
FOTO 8- Janela com grade dupla 2014	43
FOTO 9- Janela com grade única 2014	43
FOTO 10- Forno da sala de tortura 2014	44
FOTO 11- Interior de cela principal 2014	45
FOTO 12- Teto da cela Principal 2014	45
FOTO 13- Interior de cela feminina 2014	45
FOTO 14- Teto de Cela feminina 2014	45
FOTO 15- A “cadeia velha” nos dias atuais 2014	45
FOTO 16- Casa da Cultura em 2002 (IPHAEP, 0030, 2002, fl. 19)	54
FOTO 17- Rua João pessoa 2014	63
FOTO 18- Patrimônio não tombado 2014 Casa 1	63
FOTO 19- Patrimônio não tombado 2014 Casa 2	64
FOTO 20- Patrimônio não tombado 2014 Casa 3	64
FOTO 21- Patrimônio não tombado 2014 Casa 4	64
FOTO 22- Patrimônio não tombado 2014 Casa 5	64
FOTO 23- Patrimônio não tombado 2014 Casa 6	64
FOTO 24- Patrimônio não tombado 2014 Casa 7	64
FOTO 25- Patrimônio não tombado, resquícios da Brasil Oiticica 2014	65
FOTO 26- SAOB e Colégio 8 de julho 2014	66
FOTO 27- Estação Ferroviária 2014	66
FOTO 28- Chaminé da Brasil Oiticica 2014	66
MAPA 1- Delimitação do centro histórico de Pombal-PB (IPHAEP)	28
MAPA 2- Delimitação do Centro Histórico de Pombal-PB (IPHAEP)	30
MAPA 3- Delimitação detalhada do centro histórico de Pombal-PB, 2014	32
MAPA 4- Planta da Cadeia Velha 2014	40
MAPA 5- Praças do centro da cidade de Pombal após nova configuração 2014	61

LISTA DE SIGLAS

- **CONPEC**- Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais
- **IPHAEP**- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
- **MEC**- Ministério da Educação
- **SPHAN**- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- **SUPLAN**- Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I.....	17
BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES	17
1.1- Noções de preservação patrimonial.....	17
1.2- Limites e limites do patrimônio histórico em Pombal- PB	22
1.3- Delimitando o centro histórico.....	26
1.4- O tombamento.....	30
CAPÍTULO II	34
CADEIA E CULTURA: A HISTÓRIA ENTRE GRADES	34
2.1- Olhar histórico sobre a cadeia.....	34
2.2- Descrevendo a cadeia nos dias atuais	39
2.3- De cadeia a casa de cultura, da cultura ao patrimônio	46
CAPÍTULO III	52
MANIFESTO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	52
3.1- Manifesto	52
3.2- “Os inimigos da memória”	55
3.3- Patrimônio esquecido.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	68
BIBLIOGRAFIA.....	71

INTRODUÇÃO

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. (GHIRARDELLO, 2008, p. 15).

A cidade de Pombal localizada no alto sertão paraibano foi o primeiro núcleo habitacional formado no sertão do Estado e configurou-se por muito tempo, como ponto estratégico para o desbravamento, expansão da pecuária e outras atividades agrícolas na região, ainda durante o período colonial do Brasil. (SEIXAS, 2004).

Iniciado em 1698, pelo então Capitão- Mor Teodósio de Oliveira Ledo a quem foi confiado a missão de desbravar e colonizar a região, o núcleo habitacional foi se desenvolvendo, e após alguns processos ao longo da trajetória, formou-se a cidade de Pombal. “Após algumas batalhas contra os indígenas locais, o local, que antes era conhecido como Arraial do Piancó, seria rebatizado de Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó” (SEIXAS, 2004, p. 137); até chegar ao *status* de cidade, esse Arraial ainda seria elevada a vila em 1772 (vila de Pombal) e só depois em 21 de julho de 1862 a vila seria instituída como cidade¹.

Mesmo sendo uma das mais velhas cidades da Paraíba, Pombal, ainda mantém em seu corpo físico, algumas construções do início da colonização como também dos primeiros anos do Império, período em que o Brasil, torna-se independente de Portugal instituindo um governo próprio. O conjunto arquitetônico pombalense é formado por Igrejas, Cruzeiro, Praças, Colégios, Casarões, dentre outros, e uma Antiga Casa de Câmara e Cadeia a quem elevo a maior importância na realização desse trabalho².

De acordo com Seixas (2004) logo após a conquista do território pombalense, foi erguida no arraial uma pequena capela onde eram realizadas cerimônias religiosas. Essa igreja a princípio construída com barro e taipas receberia o nome de “Nossa Senhora de Bom Sucesso” (padroeira da freguesia), em 1721, a capela foi modificada sendo substituída por uma construção de pedra e cal com traçados arquitetônicos mais modernos, que enfatizava a influência da Arte Barroca no Brasil colonial.

¹ Para um maior aprofundamento sobre essa discussão, faz-se obrigatória a leitura de Wilson Seixas in; O velho arraial de piranhas Pombal- PB. (2004)

² A partir do segundo capítulo passamos a utilizar a cadeia velha como principal elemento de nossas discussões.

Mais tarde, em 1897, com a construção da nova Igreja Matriz que veio oferecer maior espaço e comodidade aos fieis, herdando também o nome da igreja anterior, a então Igreja edificada em 1721, passaria a se chamar “Igreja de Nossa Senhora do Rosário” onde ficaria abrigada a imagem da santa que daria o nome a igreja e que era venerada pelos negros da até hoje existente “irmandade do rosário” criada naqueles tempos. “foi só em 1897 que a velha igreja passou a ser da irmandade de Nossa Senhora do Rosário: altar mor da padroeira dos negros” (ARAÚJO, 1997.p.40).

A importância das igrejas na formação das vilas e cidades, se expressa pelo papel que essas representam na sociedade. Ao redor das igrejas, formam-se as ruas e os grandes largos, de onde surgem as praças e outros elementos que estão sempre ligados ao templo religioso.

Era o largo o eixo central e estruturante de tais povoados, cuja importância associava-se fundamentalmente à existência dos templos religiosos. O entorno de tais largos foi sendo definitivamente conformado através da edificação do casario que se construía e o delimitava. (SARMENTO, 1997, p. 135)

A ligação da igreja com o poder público apresenta-se antes mesmo do surgimento dos novos elementos que compõe a vila.

Além das igrejas que desempenham um papel fundamental na formação das cidades coloniais, outros elementos se destacam por sua importância dentro dos núcleos urbanos, como por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia que durante o período colonial, exerce o papel jurídico e regulador da sociedade, atuando principalmente na manutenção da ordem pública, formulação e cumprimento das leis locais.

A função administrativa e da justiça nas vilas esteve atrelada à instalação das Casas de Câmara e Cadeia, geralmente localizadas na praça central da cidade, onde também estava implantada a igreja matriz. Em outros casos, o edifício cívico era instalado em praça específica e especialmente concebida para receber o poder civil e judiciário. Mas o mais comum era a presença dos poderes eclesiástico e civil compartilhando o mesmo espaço de entorno de determinado largo. Assim, as edificações que se construía para abrigar a câmara e a cadeia surgiam como marcos representativos da Coroa portuguesa na Colônia em seus núcleos urbanos de maior importância, bem como passavam a constituir, junto às igrejas, elementos de representatividade nas praças, estas responsáveis diretas pela estruturação do urbano que se configurava. (SARMENTO, 1997, P. 129)

Segundo Christiane SARMENTO (2007), as casas de câmaras e cadeias foram muitas vezes instaladas em espaços improvisados, até que fossem construídas edificações que atendessem especificamente àquelas finalidades. Porém, para a realização desse trabalho optamos por partir desse ponto de construção já definida, em que a cadeia da vila de Pombal já tinha sido edificada e por isso, não seria necessária a ocupação de um local improvisado para que fossem desenvolvidas as atividades carcerárias e administrativas.

Visando o estabelecimento e manutenção da ordem pública na vila e na região que se desenvolve e se concretiza como importante núcleo urbano, o Governo Imperial constrói em 1847, na então “Vila de Pombal”³ aquilo que foi considerada a cadeia mais segura do sertão do Estado anos mais tarde e que serviria especificamente para aquele propósito.

Porém, pouco sabíamos até o início do nosso trabalho, sobre a construção e as necessidades para se construir a cadeia na ainda Vila de Pombal, principiada entre os anos de 1847 e 1848. Esse fato ocorria, pois, a documentação existente e trabalhada por pesquisadores locais desde o século XX, nos direciona a alguns poucos fatos já conhecidos e relatados exhaustivamente por esses autores, mas que foi de importante ajuda para manter presente a memória e a história daquela edificação.

Nessa perspectiva temos como exemplo, o assalto a cadeia de Pombal em 1874, pelo grupo do cangaceiro Jesuino Brilhante que teve como objetivo a retirada do seu irmão Lucas, que se encontrava detido aguardando julgamento por um crime cometido na região. Ainda tendo como exemplo os cangaceiros, podemos citar também o “desordeiro” Rio preto que por trás de sua história existia toda uma lenda e que se dizia que o mesmo “tinha o corpo fechado e não poderia ser ferido por facas ou balas”, o que veio a acontecer levando-o a morte nas selas da cadeia. Mas, um dos casos que mais chama a atenção e choca quem se interessa pelo assunto, foi o ocorrido em 1877, onde durante uma grande seca que assolou a região, uma jovem por nome de Donária dos Anjos matou e comeu uma criança enterrando partes do corpo que logo foi descoberto, caracterizando um caso de antropofagia em pleno sertão do Estado. SEIXAS, (2004).

Contudo, a necessidade de se responder algumas questões acerca de nossas pesquisas, nos trouxeram a luz documentos que nos trazem novas possibilidades de se entender com clareza, como se deu a construção do referido objeto, que tinha um papel importante a desempenhar no sertão da Paraíba a partir da segunda metade do século XIX.

No relatório de província da Paraíba do ano de 1846, o presidente Frederico Carneiro de Campos, afirma a necessidade de se construir cadeias em outros lugares da província, já que as que existiam naquele momento, muitas vezes improvisadas, obrigava a justiça a transferir uma grande quantidade de presos para a capital, local onde se encontrava o único presídio com condições suficientes para acomodar os detentos e realizar julgamentos.

³ A elevação da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó a categoria de Vila ocorreu 1772, de acordo com SEIXAS, 2004, p.31.

Em vosso archivo tendes diversas representações de câmaras municipaes, que eu vos entreguei n'este lugar na ultima sessão, bem como informação sobre o estado das prizões até o anno passado: hoje vos trago huma noticia acerca d'esta mesma materia, que me enviou o actual Dr. Chefe de policia, e notareis quão urgente se torna para a segurança dos prazos e facilidade dos julgamentos determinar de huma vez a construção de duas cadêas em Brejo d'arêa e Pombal.(PARAHYBA, 1846, p.7).

Essa necessidade torna-se cada vez mais visível, pois a Vila de Pombal, segundo a mesma documentação, fazia parte da terceira comarca do Estado que ainda tinha em sua composição, os territórios de Patos, Souza e Piancó, sendo que em Pombal estava situada a sede da comarca e por isso a necessidade de haver um maior cuidado com relação a segurança dessa localidade.

Como podemos perceber desde a sua construção a “cadeia velha de Pombal” sempre exerceu uma função importante e de grande destaque dentro da comunidade. Por isso a sua importância vai além dos fatos contados sobre pessoas, sejam elas heróis ou bandidos, através do exercício de literários na tentativa de que se mantenha viva a história e a memória que se propaga paulatinamente ao longo das gerações.

Essa importância propaga-se não só através dessas histórias, mas principalmente quando o individuo que se inseri nesta sociedade a elege como parte essencial desse conjunto da sociedade, e busca através da preservação as ferramentas necessárias que possam patrimonializar o objeto que tanto o representa. E é a partir dessa perspectiva de preservação do patrimônio histórico que daremos seguimento ao nosso trabalho.

A pesquisa está dividida em três capítulos nos quais sempre estaremos tentando mostrar para o leitor a importância de preservarmos os resquícios da nossa história. Para nossa pesquisa, buscamos trabalhar com documentos do IPHAEP que explicam o processo de demarcação e tombamento do centro histórico pombalense. Trabalhamos ainda com os escritores locais onde através de suas escritas nos apoiamos para responder questões pertinentes ao nosso trabalho. Utilizamos também de documentos ainda não explorados por esses escritores e que ajudam a elevar a importância do nosso trabalho, são recortes de jornais da época e relatórios de províncias que por obra do acaso chegou a nossas mãos. Além disso, o uso da fotografia foi de suma importância e nos trouxe novas perspectivas sobre o patrimônio. Por fim, não podemos deixar de citar a importância da *internet*, esse meio de comunicação que é essencial nos dias atuais e que foi de grande ajuda para realizarmos o nosso trabalho.

No primeiro capítulo a escolha de trabalhar com o patrimônio histórico nos levou a buscar compreender mesmo que em linhas gerais, como surge a ideia de preservação na

Europa e como as concepções de algumas correntes teóricas acerca da preservação irão tratar desse patrimônio em meio a sociedade moderna. Buscamos ainda compreender como o movimento preservacionista surge no Brasil influenciado pelos ideais modernistas da Europa, em um momento em que o país começa a se formar buscando para si uma identidade nacional que ainda não tinha. Nos limites e limites do patrimônio histórico pombalense, trabalhamos a importância da delimitação do centro histórico da cidade e como esses limites acabam se transformando muitas vezes em restrições para a própria sociedade. Dando continuidade ao trabalho, mostramos como ocorreu a delimitação desse centro histórico a partir das escolhas do próprio IPHAEP. Finalizando o capítulo tratamos do tombamento do centro histórico da cidade momento de suma importância para a história pombalense.

No segundo capítulo voltamos o nosso olhar para a cadeia velha de Pombal, agora Casa da Cultura Senador Ruy Carneiro. A princípio, como principal objeto de nossa pesquisa, mostramos para o leitor um pouco da história da cadeia e como os escritores locais tratam dessa história a partir das ações de indivíduos que estiveram detidos neste local. Após tratarmos da história da cadeia optamos por fazer uma descrição mais detalhada sobre o local em si, com a ajuda de uma planta e das fotografias apresentamos a cadeia ao leitor assim como se encontra nos dias atuais. Para finalizar esse capítulo apresentamos como se deu o processo de transformação de cadeia em casa da cultura, passando pela proposta inicial de criação do museu do cangaço, fato que não chegou a se concretizar, se tornando mais tarde patrimônio histórico não só da cidade de Pombal mais da Paraíba através do tombamento pelo IPHAEP.

No terceiro capítulo voltamos nosso olhar para o manifesto em defesa do patrimônio histórico pombalense, fato ocorrido em 2004 e que mais uma vez teve como elemento principal as discussões acerca da preservação da casa da cultura que naquele momento se encontrava em estado de degradação, expressando o descaso dos órgãos público com o patrimônio histórico da cidade. Já em seguida nos “inimigos da memória” fazemos uma discussão acerca das pessoas que destroem o patrimônio histórico e mostramos como em Pombal- PB, as pessoas se unem para resolver o problema que ameaçava a existência desse patrimônio. Para finalizar o nosso trabalho fomos a procura do patrimônio esquecido da cidade, são prédios e residências que mesmos tendo uma importante participação para a história coletiva, e mesmo tendo em suas fachadas traços arquitetônicos de uma outra época, mesmo assim não foram incluídos na delimitação do centro histórico da cidade, se tornando alvo da destruição e do descaso que cerca esse objetos.

CAPÍTULO I

BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES

1.1- Noções de preservação patrimonial

Para o homem do século XIX, a mudança dos tempos deve ser respaldada na percepção de sua construção cronológica e na ideia de que é preciso lembrar o que foi para viver melhor. (MENESES, 2004, p.35).

A história da humanidade está marcada por erros e acertos que levam o homem a refletir sobre as suas decisões. Esse processo de experiência a que o ser humano é submetido, tem sido um fator essencial, pois, coloca o indivíduo (o homem do presente) em contato com as ações do passado, possibilitando dessa forma que através da sua aprendizagem, ele possa buscar soluções para resolver os problemas do seu cotidiano, tudo isso de maneira harmoniosa, sem que haja a necessidade de desconstruir aquilo que já foi feito e ao mesmo tempo preservando as memórias que foram deixadas por seus antepassados.

A Europa do século XIX já discutia teorias acerca da preservação, existindo significativos números de obras de restauração do patrimônio, representado pelas edificações monumentais e obras de arte. As teorias iluministas, embasadas na razão e no método científico, desde o século XVIII vinham alterando as relações na arquitetura, suas teorias e aplicações. Mas é com o advento da revolução industrial que este fato consolida-se, criando alternativas para mudanças radicais não somente na arquitetura, mas sobretudo no *modus vivendi* dos povos ocidentais. As novas relações de trabalho, a urbanização repentina, a possibilidade de novas tecnologias construtivas, a viabilização do uso de outros materiais, alteraram sobremaneira as relações do homem com seu habitat. [grifos do autor] (SIMÃO, 2006, p. 23).

O movimento ocorrido na Europa trouxe ao mundo novas concepções e possibilidade de transformação do espaço social e urbano. Desde o início do século XIX, as questões acerca da urbanização impulsionada pelo crescente desenvolvimento industrial e pela necessidade de adaptação da sociedade que antes tinha suas atividades voltada para o campo, ganha notoriedade diante da nova realidade que aflorava, onde a máquina e a “concepção cronológica” serão responsáveis por ditar o ritmo dessa nova sociedade.

“Do ponto de vista quantitativo a revolução industrial é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefícios de um desenvolvimento urbanos sem precedentes”. (CHOAY, 1979, p.3).

Entretanto, com esse crescimento populacional desenfreado, não foram somente as pessoas que tiveram que se adaptar a nova realidade, além disso, o grande desafio no plano urbanístico no início da revolução industrial, está na adequação dos centros urbanos ou das “cidades industriais” que precisam ser adaptadas ao mesmo tempo em que se preserva aquilo que já existe, mas que também é essencial.

A necessidade de preservação que surge com as ideias iluministas, coloca o homem moderno face a face com as heranças do passado, no discurso cheio de ambiguidade em que se acredita que é preciso modernizar para adequar-se ao novo; ao mesmo tempo, acredita-se que não é mais possível desprezar os objetos existentes, pois esses foram essenciais no processo de transição que levou a sociedade a realizar tais mudanças.

Sendo assim, as mudanças ocorridas com o advento da revolução industrial levou a sociedade a modificar o seu estilo de vida e a pensar os objetos do passado como parte importante no processo de aquisição de experiências para as ações futuras.

O auge da era industrial havia introduzido uma ruptura traumática nos modos de produção com reflexos em todas as dimensões da vida humana, como na divisão do trabalho e na noção de tempo e espaço. “a busca de origens se tornou inevitável assim que as revoluções política econômica e industrial começaram a solapar as certezas religiosas e metafísicas dos tempos precedentes”. (HUYSSSEN 2000, apud, MEIRA, 2005, p. 4).

Como podemos perceber o cenário europeu nos primeiros anos da revolução industrial é marcado por contradições. Ainda segundo a autora, essa ideia de preservação gerada através da necessidade de mudança faz surgir ainda no século XIX duas correntes teóricas, racionalistas e culturalistas, que buscam defender cada uma a sua maneira, os modelos mais adequados da preservação do patrimônio histórico, principalmente o que se refere ao patrimônio edificado.

Os racionalistas, que tinham como principal representante o arquiteto francês Viollet-le-Duc (1814-1879), pensavam o patrimônio.

Valorizando a razão e a técnica, suas teorias, por muitas vezes contraditas na prática, resultaram em obra de restauração nas quais a historicidade do momento fica relegada em função da reconstituição estilística. Os acréscimos ocorridos ao longo do tempo são normalmente desprezados em nome de uma unidade estilística e um retorno à situação original do monumento, quase sempre suposta e não comprovada. (SIMÃO, 2006, p. 25).

Já os culturalistas, corrente que tem como líder principal John Ruskin (1818-1900) também se preocupam com questões semelhantes aos racionalistas, porém, “defendem a não intervenção

nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade.” (SIMÃO, 2006, p.25)

É notável que tanto os racionalistas quanto culturalistas, defendem a ideia de preservação dos objetos históricos. No entanto, se pensarmos na ideia de preservação mantendo os objetos sempre com traços de originalidade, relegando de alguma forma os eventos externos que possam trazer modificações para esse patrimônio, se isso ocorresse, seria como se estivéssemos colaborando com uma tentativa impossível de apagar parte da história, já que esses eventos que também são fatos históricos, apesar de terem ocorrido em outra temporalidade, são de grande importância para a continuidade da história a partir do momento que os mesmos começam a ocorrerem.

Também não seria a manutenção desses elementos sempre na forma original, sem que fosse realizada qualquer intervenção quando houvesse necessidade, diante da garantia de que o mesmo continue existindo para a sociedade, que faria com que esse objeto perdesse o seu significado ou deixasse de ser importante para a história.

Sabemos que os eventos de alguma forma acontecem e não seria remodelando ou apagando aquilo que se apresenta como resquício de um fato histórico, que interromperíamos o curso da história. O assalto a cadeia pública de Pombal pelo bando de Jesuino Brilhante em 1874 de alguma forma aconteceu. Não se pode apagar o evento ocorrido simplesmente consertando as grades da cadeia ou aquilo que foi danificado durante a invasão. Por outro lado não é mantendo intocável tudo que ali existe que estaremos preservando a história do lugar.

A história se constitui a cada milésimo de segundo vivido pelo ser humano dentro da sociedade. Sendo assim, os novos fatos não mudam o ocorrido, apenas continuam contribuindo para que a história siga sempre em frente no seu curso natural.

Como podemos perceber a ideia de preservação diante do discurso de modernidade na Europa, traz consigo a necessidade de adequação do espaço existente, porém, sem que haja maiores consequências para a sociedade estabelecida, com a destruição daquilo que lhes é essencial no presente a cristalização de uma memória.

Essa memória que não se cristaliza apenas pelo fato da existência do monumento na sociedade, mas porque as pessoas que vivem em seu entorno reconhecem no monumento aspectos e elementos importantes que fazem parte não só da sua vivência, mas também da história dos seus antepassados. Em Pombal a cadeia velha no centro da cidade é essencial como forma de memorizar e também de se conhecer parte do seu passado, porém o que faz com que essa memória seja cristalizada perante a sociedade é o fato das pessoas tomarem para si esse objeto como parte constituinte da sua história. A presença do monumento de forma

edificada reforça essa memória, mas a cristalização se dar quando cada pessoa deixa de lado a parte física e passa a ver que o que realmente importa são as ações que estão inseridas por trás desse objeto ao longo de sua história. Ou seja, o que ela representa para cada uma dessas pessoas.

Nesse discurso em que se confrontam ideias e teorias acerca da preservação do patrimônio e da memória, o que vai predominar de concreto é um pouco de cada aspecto, que se reflete na teoria da restauração criada por Camilo Boito,⁴ entendendo que a restauração é necessária para a manutenção da obra, mas que não se pode desprezar o caráter original do documento.

Seus preceitos estavam distantes do radicalismo conservacionista de Ruskin e das ousadias criativas de Viollet Le Duc. Na verdade procurava conciliar as idéias das duas correntes. Afirmava que o monumento deveria ser considerado como obra de arte e como documento histórico, primando pela verdade e mantendo os complementos posteriores que não afetassem o edifício primitivo. Defendia que os completamentos fossem diferentes do produto original e que o bem deveria ser registrado fotograficamente antes, durante e após a intervenção. (ARMELINI, 2008, p. 22).

Essas ideias vão se disseminar através dos continentes chegando até o Brasil, durante os movimentos preservacionistas.

Enquanto na Europa a arquitetura moderna se expande com as ideias de Charles Édouard Jeanneret conhecido como Le Corbusier, que pensa o espaço citadino “através da reformatação dos centros urbanos, propondo a ideia de cidades modernas seguras, com espaços e funções definidas” (SIMÃO, 2006, p.26). O início da república no Brasil ficará marcado também por receber influências desse ideal modernista.

O patrimônio histórico e artístico nacional tem sido objeto de discursos importantes desde a primeira metade do século XX, período em que o país começa a sofrer mudanças no campo econômico e, passa por um processo de industrialização crescente e em que o discurso de modernidade ganha força.

O modernismo tenta reunir, assim, movimentos que parecem antagônicos. De um lado, pretende inserir o país no contexto das grandes transformações que sacodem o mundo. De outro, sai em busca de modelo que retrate mais verdadeiramente o Brasil [...] (D’ASSUMPÇÃO, 1995, p.24).

Já na década de 30 com a criação de órgãos preservacionistas como o SPHAN⁵, escritores e pesquisadores modernistas, a exemplos de Mario de Andrade e Lucio Costa levantam algumas questões acerca da preservação da memória e do patrimônio histórico e

⁴ Camillo Boito (1836 - 1914) Foi um arquiteto, escritor e historiador italiano, voltado à crítica da arte e teoria do restauro. Wikipédia acesso em: 29 de Abril de 2014.

⁵ O SPHAN é a primeira nomeação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional hoje denominado IPHAN.

artístico, partindo do conceito de criação de uma identidade nacional. “Para os modernistas, o motivo maior da causa patrimonial era constituir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição.” (SANT’ANNA, 1997). Essa discussão se estende entre modernistas e conservadores levando a criação de uma Lei e parâmetros que definam o patrimônio artístico.

A pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, cargo que exerceu de 1934 a 1945, Mário de Andrade elaborou em 1936 um anteprojeto para a criação do instituto preservacionista e as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Ai se depositou a base para a legislação promulgada 30 de novembro de 1937 com o Decreto-Lei nº 25. (SIMÃO, 2006, p, 29).

Entretanto, não são apenas os bens nacionais que ganham importância com a criação dessas medidas que buscam enfatizar principalmente as obras de arte, já que “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira [...]” (MEC/ SPHAN/ FNPM, 1980, P. 90) passam a constituir o patrimônio histórico nacional. Mais tarde a Lei 25/37, sofre algumas alterações:

O patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (MEC/ SPHAN/ FNPM, 1980, p. 111).

Era o impulso que faltava, pois, a partir desse momento, o Patrimônio Histórico Edificado, ganha uma grande importância com a criação das Leis de preservação. No Brasil os tombamentos das cidades históricas iniciam-se em Minas Gerais e só depois, se estende as outras cidades chegando até o interior do país.

Foi esta cidade visitada pelos modernistas no início do século XX, declarada Monumento Nacional em 1933, conforme Decreto Federal nº 22.928 de 12 de julho de 1933, e a mesma que o IPHAN encontrou ao iniciar as suas atividades em 1938, inscrevendo o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto” no *Livro do Tombo das Belas – Artes*, em 20/01/1938, conforme processo 070- T- 38, fls, 08, número de inscrição 39. (Simão, 2006, p. 49) [grifos do autor]

Iniciava-se assim o importante processo de reconhecimento e cristalização da memória do patrimônio histórico e artístico brasileiro, que aos poucos foi se expandindo e envolvendo algumas capitais e cidades do interior, que guarda em seu corpo físico e cultural as heranças e lembrança dos povos que lá viveram a exemplo de João pessoa, Alagoa Grande e Pombal, todas na Paraíba.

Entretanto, é importante ressaltar que diferente do que ocorreu em Ouro Preto onde a cidade juntamente com todo seu conjunto arquitetônico é considerada patrimônio histórico

brasileiro e por isso foi tombada, em Pombal o tombamento ocorreu dentro de outra dinâmica. Diferente da cidade Mineira, a concepção de tombamento em Pombal como também nas outras cidades citadas, não envolve o conjunto urbano em sua totalidade, mas, um espaço delimitado em seu interior no qual o órgão preservacionista do estado o IPHAEP, determinou como centro histórico inicial.

1.2- Limites e limites do patrimônio histórico em Pombal- PB

Apesar da concepção de tombamento em Pombal ter sido diferente da concepção adotada na cidade de Ouro Preto, isso não implica dizer que o patrimônio histórico de Pombal não é digno de ser preservado, por isso, começamos essa discussão que envolve a delimitação do centro histórico levantando importantes questões acerca do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural da cidade: O que garante a lei às pessoas que possuem propriedades tombadas? O patrimônio histórico pombalense é limitado? Quais limites foram estabelecidos pelo IPHAEP, demarcando a área de preservação patrimonial da cidade? São essas as questões que pretendemos explorar no seguimento dessa discussão.

Possuir uma residência ou mesmo outro elemento que faça parte do contexto histórico de uma cidade tombada, pode se transformar em uma alternativa inviável para o proprietário se a cidade não dispuser de um plano diretor e de políticas que enalteçam e compartilhe das necessidades de preservação daquele objeto.

Apesar do tombamento não representar a perda do imóvel, “é bom registrar que o tombamento não priva do direito de propriedade os cidadãos, mas impinge ao imóvel restrições administrativas pelo caráter social adquirido quando considerado bem de valor público” (SIMÃO, 2006, p.41-42). Sendo assim, as mudanças ocorridas em qualquer imóvel tombado, sejam elas simples, ou com caráter de urgência, devem primeiramente ser avaliadas por uma comissão técnica do instituto preservacionista.

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. (LEI, 25/37; Art. 17)

Porém, sendo essas restrições impostas ao imóvel por se tratar de um “bem de valor público” surge uma incógnita quanto à preservação e manutenção desse bem. A quem cabe a responsabilidade na preservação e manutenção dos bens patrimoniais de caráter privado? A resposta para essa questão pode estar na própria Lei do tombamento.

O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. (LEI, 0025/37; Art. 19)

Se a Lei 25/37 garante a conservação e reparação do imóvel tombado às pessoas que não dispõem de recursos, por outro lado, ela impõe mais um limite ao proprietário que busca essa alternativa, podendo ser aplicada multa quanto à gravidade em que se encontra o bem. O parágrafo primeiro do mesmo Artigo segue impondo limites aos proprietários que buscam esse recurso.

Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa. (LEI, 0025/37. Art. 19. § 1º)

Analisando os processos que envolvem o centro histórico de Pombal realizado pelo IPHAEP (órgão responsável pelo tombamento dos bens patrimoniais da cidade de Pombal-PB,) encontramos algumas ações que vão de encontro à política de restrições, quanto à utilização dos bens públicos e privados que se localizam dentro da área delimitada.

O processo 0112/2006, tendo como interessado o próprio IPHAEP, foi aberto para apurar supostas irregularidades nas edificações que compõem o centro histórico da cidade, bem como nas atividades festivas que se realizam no entorno dos monumentos tombados. . No referido processo consta ofício enviado ao prefeito da cidade com o seguinte teor:

Senhor prefeito,

A coordenadoria de arquitetura e ecologia do IPHAEP necessita de informações dessa Edilidade para supervisionar, monitorar e orientar possíveis alterações no Centro Antigo em que determina ao Decreto n.º 7.819, de 24/10/78 e os Decretos n.ºs 22.913 de 04/04/2002[...]. (IPHAEP, 0112/2006, fl. 2)

O documento segue fazendo solicitações a prefeitura, buscando reunir alguns possíveis dados que devem ser enviados ao IPHAEP para o seguimento das investigações.

1. Relação de todo e qualquer imóvel que esteja passando por serviços de manutenção, reforma, ampliação, conservação e ou construção seja ele novo ou antigo, e que se encontre inserido dentro da delimitação do centro histórico.
2. Relação de todos os imóveis que estejam fechados e ou abandonado a mais de seis meses e que se encontre no centro antigo delimitado pelo IPHEP.
3. A relação de todos os lotes que se encontra vazio, sem construção, e que esteja inserido dentro dos limites do centro antigo delimitado pelo IPHEP.
4. Relação de todos os imóveis que estejam em processo de arruinamento e se encontre inserido dentro da delimitação do centro antigo.

5. Cópias dos alvarás de construção emitidos em 2005/2006 pela prefeitura para obras em edificação ou lotes que estejam dentro da delimitação do centro antigo. (IPHEP, 0112/2006, fls. 2-3)

O levantamento dos bens que se encontram nas condições citadas, reforça a expectativa do IPHAEP quanto ao cumprimento e aplicação das Leis que regem o patrimônio histórico Estadual.

Assim sendo, no levantamento realizado pela prefeitura da cidade comprovou-se a existência de cinco ocorrências, das quais, apenas duas seguem as exigências do Instituto, enviando as documentações necessárias para a avaliação do impasse. No entanto, nos dois casos relatados no processo citado, em que os mesmos foram convocados a comparecer junto ao IPHAEP, fica claro a falta de informação por parte dos moradores em realizar reformas sem a permissão do Instituto, comprovados nas alegações presentes.

Assim, não era do conhecimento do notificado, bem como de sua família, de que existia qualquer restrição quanto a sua liberdade de poder reformar o imóvel, obedecendo o Código de Postura do Município de Pombal- PB, que não prever qualquer referencia regulamentar ou vedatória ao direito no notificado. (IPHAEP, 0112/2006, fl.39)

Diante das análises, fica evidente que as cidades que possuem centros históricos tombados, necessitam de maiores cuidados tanto na esfera particular, quanto na esfera pública, o que deixa claro a necessidade de conscientização da população por parte dos órgãos públicos responsáveis, adotando métodos, que tragam a tona discussões acerca do patrimônio histórico das cidades tombadas.

No entanto, em Pombal, algumas precauções são propostas por parte do IPHAEP tentando evitar a descaracterização e arruinamento dos elementos que fazem parte do patrimônio edificado da cidade. Como podemos perceber no parecer ao promotor de justiça da cidade, contido no mesmo processo.

Atendendo à solicitação do promotor de justiça / curador da comarca de Pombal- PB Rafael Lima Linhares a este instituto em audiência realizada no município de Pombal- PB, informamos a complementação das orientações normativas para a realização de todo e qualquer evento de rua promovido na Área de Delimitação do Centro Histórico de Pombal, protegido pelo Decreto Estadual nº. 22.913 de 03/04/2002, bem como nas proximidades ou Área de Entorno dos seguintes bens tombados e/ ou cadastrados isoladamente, quais sejam: Igreja de Nossa Senhora do rosário, Antiga Cadeia Pública, Igreja Matriz de nossa Senhora do Bom sucesso, Sobrado de Avelino Assis, Coluna da Hora e Praça Getúlio Vargas, Coreto e Praça José Ferreira de Queiroga, sede da sociedade Artística Operaria Beneficente, Escola estadual João da Mata, escola Estadual 8 de Julho - todos estes protegidos pelo Decreto estadual nº. 22.914 de 03/04/2002; e a Estação Ferroviária de Pombal tombada pelo Decreto estadual nº. 22.082 de 03/08/2001 quais sejam:

As prefeituras municipais do Estado da Paraíba com Áreas de Centros Históricos Delimitados e protegidos informarão ao IPHAEP, através das competentes

Secretarias, o calendário de Eventos de Rua acompanhado de Mapa com a identificação e locação das áreas e ruas tradicionalmente utilizadas naquele espaço da cidade, registrando os equipamentos a serem usados com suas respectivas dimensões. (IPHAEP, 0112/2006, fls.49).

Na continuidade do processo analisado, seguem as precauções apresentadas por parte do IPHAEP e que devem ser seguidas em todos os centros históricos tombados, diante de um fenômeno muito comum em cidades e que faz parte muitas vezes da cultura dos moradores que habitam. “Equipamentos como Palcos, Trios Elétricos, e Caixa de Som deverão distar de 100m a 150m dos Monumentos Tombados ou do Casario Antigo inserido na Área de Delimitação do Centro Histórico;” (IPHAEP, 0112/2006, §k. fls. 51-52). Porém, quando a festa encontra-se protegida por Lei, por fazer parte do patrimônio histórico cultural da cidade enquadrado na condição de Patrimônio imaterial, como é o caso em Pombal da festa de Nossa Senhora do Rosário, retoma-se as discussões.

A “Festa do Rosário” de Pombal é uma festa de caráter religioso que ocorre no início do mês de outubro. O momento mais aguardado para os fieis ocorre no amanhecer do primeiro domingo do mês citado, quando as pessoas conduzem o rosário em procissão por algumas ruas da cidade com destino a casa do rosário, local onde o mesmo ficará abrigado até o ano seguinte.

A devoção seria fundamentada no sincretismo religioso do rosário católico com o tecebá (rosário) mulçumano. O grande número de escravos trazidos para o Brasil tinha formação religiosa maometana, que referenciam o rosário de contas azuis e brancas, sem crucifixo, daí a festa ser conhecida como Festa do Rosário. (DE SOUSA, 2008, p.01).

Esses escravos trazidos da África teriam dado origem aos grupos culturais Congos, os Negros dos Pontões e o Reisado que são peças fundamentais para a existência da festa que se estende por nove dias. Dentro desse período o centro da cidade se enche de barracas e parques de diversão que ajudam a compor a festa profana em contradição aos festejos religiosos.

Durante todos os dias, os membros dos grupos, conjuntamente com a Irmandade do Rosário,⁶ circulam por toda a cidade em busca de donativos para a igreja. Na véspera da concretização da festa, todos os grupos culturais, de matriz africana, devidamente uniformizados, reúnem-se na capela-mor (Igreja do Rosário), paralelamente com a irmandade, para assistirem à missa. Após a parte litúrgica, o Rei e a Rainha da festa conduzem o rosário em uma procissão. (WANDERLEY, 2009, p. 56).

Dessa forma a cerimonia religiosa vem ocorrendo a mais de um século e a festa já se tornou tradição na sociedade pombalense.

⁶ Para entender mais sobre a Irmandade do Rosário e da festa em sua totalidade indico a como leitura a tese de doutorado de WANDERLEY, 2009. Presente na bibliografia desse trabalho.

Porém, mesmo a festa sendo tradicional o funcionamento do evento no centro da cidade gera grande preocupação aos órgãos preservacionistas, pois a presença de equipamentos sonoros podem danificar os objetos que compõem o patrimônio histórico da cidade ocasionando perdas irreparáveis.

No entanto, como podemos observar nas leituras realizadas até o presente ponto da discussão, é que, além dos **Limites Restritivos** que impõe regras aos proprietários e usuários do patrimônio histórico tombado, também existem os **Limites Físicos** estabelecidos pelos órgãos preservacionistas para demarcar a área de preservação histórica de cada município.

A delimitação do Centro Histórico de Pombal- PB realizada por técnicos do IPHAEP no ano de 2001 constitui em um passo importante no reconhecimento dos objetos que serão tombados posteriormente, como podemos perceber no processo 0030/2001 que dá origem ao tombamento do patrimônio histórico da cidade.

1.3- Delimitando o centro histórico

Dentro da perspectiva de delimitação do “centro histórico inicial” enumera-se uma quantidade de ruas e quadras, das quais, segundo o IPHAEP, estão inseridos os principais elementos e que se destacam pelo valor histórico ou arquitetônico de uma determinada época.

Entretanto, pode-se perceber que ao inserir esses elementos dentro de uma área delimitada, ocorre uma classificação, a escolha por um determinado objeto histórico onde termina por deixar de fora outros elementos também importantes e de grande representação histórica para a sociedade, como mostraremos em outro momento dentro desse trabalho.

No que diz respeito aos critérios e classificação dos componentes do patrimônio histórico da cidade de Pombal, realizado pelo IPHAEP no ano de 2001, percebe-se que ocorreram observações por parte de técnicos especializados, e que alguns elementos dessa composição foram analisados, baseados na proposta anterior de delimitação do centro histórico da cidade ocorrida no ano de 1980, para se chegar ao resultado final apresentado no processo.

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de março de dois mil e um, estivemos na cidade de Pombal para darmos prosseguimento do trabalho de delimitação do seu centro histórico inicial, com o reconhecimento dos imóveis contidos em delimitação, antigamente proposta pelos técnicos desse órgão, A arquiteta Sônia Matos e Germana Galvão. (IPHAEP, 0030/2001, fl.47)

Assim foi descrita a chegada dos técnicos do IPHAEP à cidade de Pombal para reconhecimento e coleta de informações da área a ser tombada. O trabalho segue sendo relatado da seguinte forma:

Chegamos por volta das 10:00h da manhã do dia 27 (...) A tarde, saímos para o trabalho de reconhecimento da proposta de delimitação do centro histórico da cidade. Percorremos as ruas da delimitação. De uma maneira geral, percebemos que, em sua maioria, as casas ainda guardam os traços de uma arquitetura colonial, do tipo, “casa após casa”, geminada, sem recuo frontal, formando, no seu conjunto parede única, típica do modelo de casario da população simples trazido por nossos colonizadores. (IPHAEP, 0030/2001, fl. 47)

Dos relatos dos técnicos do IPHAEP durante o reconhecimento da área a ser tombada, um ponto importante nos chamou atenção; trata-se da importância dada aos elementos públicos dentro da área delimitada.

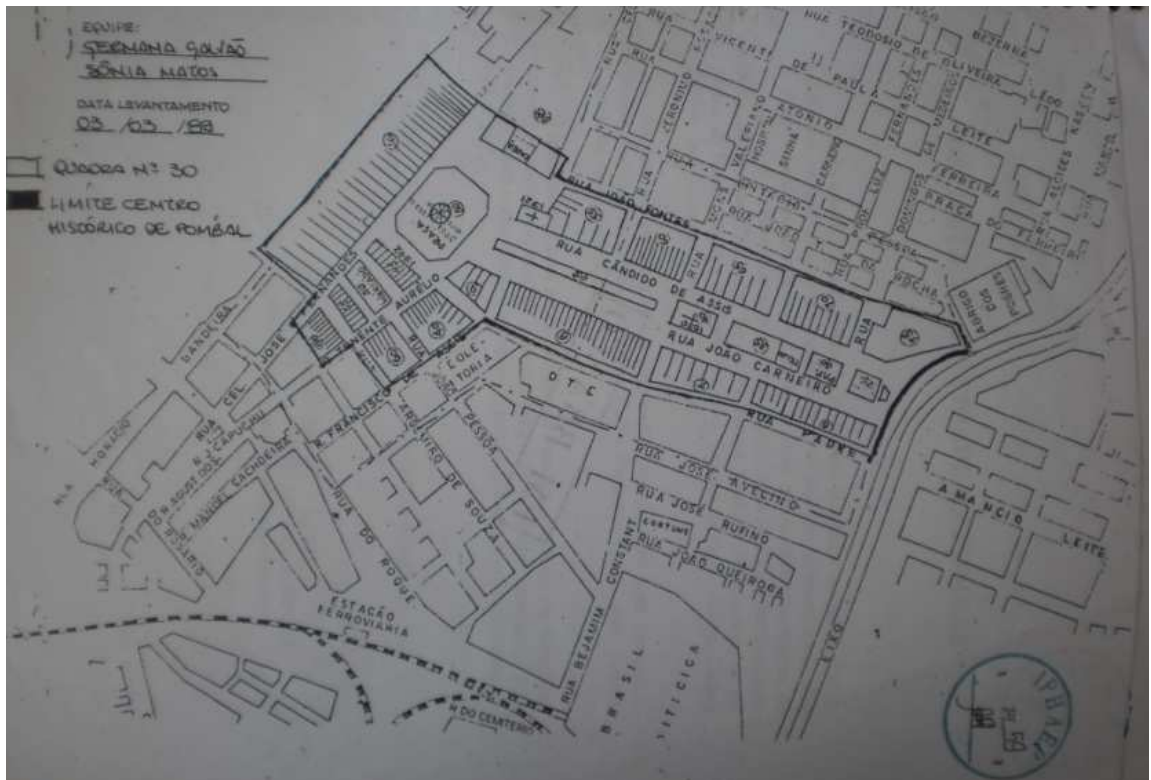
Os **edifícios públicos**, como a igreja de N.S.^a do Bom sucesso, com seu cruzeiro e a igreja N.S.^a do Rosário, marcos religiosos da cidade; a Cadeia Pública, hoje Casa da Cultura; o Colégio João da Mata; a sede da prefeitura municipal; o coreto da praça José Ferreira de Queiroga e a “torre da hora” todos em ótimo estado de conservação, distribui-se pela delimitação **acentuando e valorizando** a proposta de delimitação. (IPHAEP, 2001, fl. 47) [grifos nossos]

Apesar de não negar a importância dos prédios públicos na composição do patrimônio histórico tombado. Apesar de saber que a transformação dos edifícios históricos privado em órgãos públicos, como forma de torna-los úteis a sociedade, pode não ser o melhor caminho a ser seguido, como podemos observar, “Imóveis antes ocupados por residências são destituídos de seu uso original e passam muitas vezes por ocupações periódicas de departamentos públicos que nem sempre valorizam ou respeitam o bem” (ARMELINI, 2008 p. 29) o bem público não deve se sobrepor ao bem privado, como critério prioritário na realização do tombamento dos centros históricos, pois, essa classificação pode deixar de fora elementos importantes que tiveram grande representatividade para a memória coletiva.

Em Pombal podemos tomar como exemplo, a demolição da fábrica Brasil Oiticica⁷ “primeira grande indústria, voltada para a extração de óleo vegetal, a localizar-se no sertão paraibano” (ARAÚJO, 2007) propriedade essa, privada, responsável pelo crescimento econômico da região após a década de 30, e elemento de grande discussão entre a sociedade pombalense no ano de 2012, após a as várias tentativas de derrubada da sua chaminé o último resquício que restou da fábrica, após a demolição dos galpões principais e dos prédios administrativos.

⁷ Brasil Oiticica, mais informação sobre esse assunto ver site nas referências.

Talvez por se tratar de propriedade privada, não encontramos a fábrica inserida na delimitação do centro histórico da cidade, como podemos observar no mapa 1.



Mapa 1 Delimitação do centro histórico de Pombal-PB (IPHAEP, 0030/2001, fl. 59)

Entretanto, após as discussões da sociedade contra a derrubada da torre, o IPHAEP reconheceu o valor histórico daquele objeto como um bem de grande importância para a história local.

O valor histórico-cultural da torre foi caracterizado por laudos emitidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba (SUPLAN) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). (WSCOM, 2011)⁸

Sendo assim, a necessidade de inclusão dos bens patrimoniais deve ocorrer independente do seu caráter público ou privado “A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno” (LEI, 0025/37. Art.2º) e sim pelo seu valor histórico perante a sociedade.

O processo de identificação e cadastramento dos prédios de maior importância histórica da cidade se estende até o dia seguinte como podemos perceber.

⁸ Disponível em: <http://www.wsc.com.br/noticia/paraiba/JUSTICA+PROTEGE+TORRE+DE+POMBAL-158297>
Acesso em: 19 de Maio de 2014.

No dia seguinte, voltamos ao “centro histórico” para o reconhecimento e classificação, casa por casa. Percorremos as ruas da delimitação, e a medida que reconhecíamos um imóvel mais preservado nos seus traços característicos de época, fazíamos a identificação no mapa, para posterior proposta de classificação individual por grau de importância. Por fim foi deixado cópias de “Aviso de Cadastramento” com a Sr^a. Vera Lúcia,⁹ já assinado pelo Prof^o Itapuan Botto Targino, para serem entregues a alguns proprietários de casas mais expressivas do centro histórico. (IPHAEP, 2001, p.48).

Como podemos observar a importância histórica de cada elemento é levada em conta no processo de cadastramento do objeto. Porém, mesmo com a atenção voltada para o centro da cidade, prédios representativos a exemplo do antigo cinema da cidade, o castelo, a Brasil Oiticica e algumas residências que guardam preservados os traços arquitetônicos de sua época acabam ficando de fora.

Do levantamento dos bens patrimoniais realizados pelo IPHAEP na cidade Pombal, juntando o material já existente da proposta de tombamento anterior já relatada aqui, chegou-se a seguinte conclusão sobre a delimitação do Centro Histórico que deverá ser tombado.

A linha que define a Delimitação do Centro Histórico da cidade de Pombal, onde se encontra o maior número de imóveis representativos para a história local, resguarda monumentos e áreas ambientais importantes do ponto de vista de identidade coletiva tais como; Praça José Ferreira de Queiroga, Praça Monsenhor Valeriano, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Coluna da Hora, antiga Cadeia publica- hoje Casa da Cultura- e cruzeiro. As ruas que definem esta Delimitação são: Coronel José Fernandes, Tenente Aurélio, Francisco de Assis, Padre Amâncio Leite, João Fontes, Cândido de Assis e João Carneiro. (IPHAEP, 0030/2001, fl. 60).

⁹ A prof^a. Vera Lúcia de Assis Arruda, presidente da Casa da Cultura em 2001, foi uma importante colaboradora no processo de tombamento da cadeia como também do centro histórico de Pombal, como conta no processo 0030/2001 do IPHAEP.



Mapa 2- Delimitação do Centro Histórico de Pombal-PB (IPHAEP, 0030/2001, fl. 63).

Como podemos perceber a proposta para delimitar o centro histórico inicial de Pombal, existente desde a década de 80 acabou influenciando na escolha e na delimitação do centro histórico da cidade. Porém, a inclusão de objetos citados anteriormente e não incluídos naquele momento, mas também importantes para a história pombalense ampliaria em algumas ruas o espaço delimitado. Nesta área não estariam incluídos apenas os prédios do centro histórico inicial, mas, outros elementos de representatividade da sociedade pombalense deixados de fora naquele momento.

Entretanto, a delimitação do centro histórico como podemos observar no mapa acima configurou-se um elemento importante para a concretização do tombamento que será analisado na discussão a seguir.

1.4- O tombamento

Após a delimitação do centro histórico, um novo processo se inicia em defesa da cristalização da memória coletiva pombalense. Inserir os elementos dentro de uma área

delimitada reforça a expectativa de torna-los parte de um conjunto protegido por Lei, contra a intervenção do homem como também das ações do tempo.

Tombamento constitui-se ato administrativo feito pelo poder público com o objetivo de preservar por meio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e valor afetivo para a população, evitando que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Uma proposta viável para proporcionar a manutenção do patrimônio tem sido a conservação dos prédios por parte dos órgãos responsáveis, mas muitas vezes o que acontece é a degradação gradativa do patrimônio por falta de recursos financeiros para obras de restauro ou simples manutenção, uma vez que a preservação é o que pode evitar a destruição dos bens, ou seja, é o que protege o bem da ação do tempo (RAMOS & SANTANA, 2010, p. 95).

Diante dessa concepção o patrimônio histórico pombalense passa a receber maior amparo por parte do poder público, naquilo que se refere à preservação da história local.

Entretanto, para que o tombamento seja concretizado é importante a avaliação da proposta por parte da comissão técnica do instituto preservacionista CONPEC, que irá analisar os aspectos físicos das edificações como também a importância histórica dos objetos, de forma individual e coletiva através dos relatos e do material colhido, como fotografias, propostas de tombamento anteriores e acervos bibliográficos.

Como podemos observar no processo (IPHAEP, 0030/2001, fl. 65-66) os elementos envolvidos na delimitação, “atinge os requisitos” exigidos pelo órgão preservacionista, porém, o seu valor histórico já aparece consolidado no âmbito da sociedade e fazem parte do cotidiano da população.

Dentro da proposta que delimita o centro histórico pombalense e que “se arrasta por mais de dez anos” (IPHAEP, 0030/2001, fl. 61) pode-se perceber que vários aspectos foram favoráveis para concretização dos trabalhos, refletindo-se na homologação do próprio tombamento. Entre esses aspectos, destacam-se a arquitetura da época em que as edificações foram construídas e os traços artísticos incorporados a essas edificações, bem como, a importância histórica de cada objeto inserido dentro da sociedade.

Quanto a homologação da delimitação do centro histórico de pombal, (...) entendemos que o presente pleito se reveste dos mais legítimos pré-requisitos para a consolidação de uma conservação consistente, onde venha garantir a permanência de um dos mais significativos conjunto histórico urbano do sertão paraibano. Nesse sentido ratificamos o perímetro proposto, objeto de estudo feito pela equipe técnica do IPHAEP, por compreender que insere os mais significativos monumentos históricos e artísticos e traços da urbanização da cidade. (IPHAEP 0030/2001, fl. 65)

Dentro dessa perspectiva, a consolidação do patrimônio histórico pombalense, veio após a deliberação 0112/2001 da CONPEC que resultou no tombamento dos bens em esfera Estadual.

Analisando o presente processo, o **Conselho de Proteção dos bens Históricos Culturais CONPEC**, órgão de deliberação superior desse instituto, em sua sessão do dia 03/10/2001, com o comparecimento dos conselheiros Expedito Arruda, Humberto Cavalcante de Melo, Cristina Evelise, Cláudio Roberto da Costa, Umbelino José Peregrino Araújo de Albuquerque, Verônica Silva Santos e Rosana Cristina Honorato de oliveira, sob a presidência do Professor, Itapuan Bôtto Targino, Diretor Executivo do IPHAEP, **Deliberou**, aprovar por unanimidade o tombamentos dos seguintes monumentos históricos da cidade de Pombal- PB, de acordo com o parecer do representante do IPHAN /PB: igreja de Nossa Senhora do Rosário, Antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública, Cruzeiro localizado em frente a igreja de N.S. do Rosário, Praça Getúlio Vargas, Praça Dr. José Ferreira de Queiroga, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Coluna da Hora, Sede da Sociedade Artística Operária Beneficente, Escola Estadual 8 de Julho, Colégio Estadual João da Mata, Casarão do Século XIX. (IPHAEP, 0030/2001, fl. 68).



Mapa 3- Delimitação detalhada do centro histórico de Pombal-PB, 2014 (Acervo pessoal).

Com a aprovação dos conselheiros ficou estabelecido o tombamento do centro histórico de Pombal-PB, por parte do IPHAEP. E no dia 03 de Abril de 2002 a homologação é feita pelo governador da Paraíba através de decreto 22.914 publicado no Diário Oficial do

Estado, ficando oficialmente estabelecido o tombamento bem como a obrigação de preservação dos bens tombados.

Homologa Deliberação nº 0112/2001, do Conselho de Proteção de bens Históricos Culturais – CONPEC, órgão de orientação superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba IPHAEP, declaratória do tombamento conjunto de monumentos históricos existentes na cidade de Pombal, deste Estado.

Art. 2º. - para efeito de tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, tomará as providências cabíveis em cumprimento à legislação vigente.

Art. 3º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. (IPHAEP, 0030/2001, fl. 71)

Dessa forma, após anos de trabalho e expectativa, na tentativa de tornar o centro histórico protegido pelas leis patrimoniais, a sociedade pombalense passa a ter através da homologação do tombamento, um forte aliado contra a destruição da memória local.

Porém, cabe a própria população tomar consciência daquilo que é importante dentro da sociedade, buscando a proteção dos seus bens históricos e ajudando a preservar aquilo que nos coloca em contato direto com a história dos nossos antepassados, que é a própria memória.

CAPÍTULO II

CADEIA E CULTURA: A HISTÓRIA ENTRE GRADES

2.1- Olhar histórico sobre a cadeia

O tombamento dos bens históricos de Pombal além de representar uma vitória em defesa da preservação do patrimônio edificado da cidade, tanto em esfera local quanto na esfera estadual, também traz consigo um maior respaldo e a possibilidade de tornar cada vez mais visível a história e a memória dessa região sertaneja.

Através dos prédios históricos espalhados pela cidade é possível perceber as heranças que ficaram edificadas ao longo do tempo. Também é possível reconhecer nas edificações presente, aspectos e traços importantes que marcaram a arquitetura da época, bem como os elementos de maior representatividade que serviram de alicerce na formação desse espaço urbano. Como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a cadeia velha hoje casa da cultura Senador Ruy Carneiro, além de escolas, praças, casarões e outras construções.

Porém, apesar do número considerável de prédios históricos espalhados pela cidade e da necessidade de tratarmos da delimitação do centro histórico da cidade de uma forma geral, nossa pesquisa teve início a partir das inquietações acerca de um único elemento desse conjunto de bens tombados, a antiga cadeia da cidade. A elegi como ponto primordial para essa construção historiográfica, pois, além de se tratar de uma das mais antigas construções da cidade, foi a partir desse local que ao longo dos anos em que esteve em funcionamento, surgiram muitas histórias e mitos que mexem até hoje com o imaginário da população pombalense.

Vale ressaltar que os motivos que contribuíram para justificar nossa escolha além das histórias já conhecidas do ambiente, o que também nos chamou a atenção foi o bom estado de conservação em que o mesmo se encontra, comparando a outros prédios da cidade que mesmo sendo mais novos não estão nas mesmas condições. Além disso, a importância que teve esse local no processo de demarcação e tombamento do centro histórico da cidade, fato que teve o seu desdobramento ocorrido com a homologação do certame no ano de 2002.

A “cadeia Velha” de Pombal, hoje denominada “Casa da Cultura Senador Ruy Carneiro” teve sua edificação iniciada entre os anos de 1847 e 1848, como é possível constatar através dos relatos do Engenheiro Francisco Pereira da Silva, que “cumprindo

ordem do Comendador Francisco Carneiro de Campos, Presidente da Província da Paraíba,” visitou a Vila de Pombal em 1848 e fez o seguinte relato noticiando obra que estava sendo executada. “(...) Tem a Vila uma cadeia principiada (apenas os alicerces das paredes mestras estão respaldados na flor da terra).” (SEIXAS, 2004, p.418).

Porém, apesar do trecho acima nos trazer uma ideia sobre os anos em que teria se iniciado a construção da cadeia, a ausência momentânea de documentos específicos, que tratam exclusivamente da construção desse local nos obriga a trabalhar com pequenos recortes que não nos permite responder questões importantes.

A documentação específica sobre esse assunto poderia nos revelar de forma mais clara as necessidades da época que levaram a construção desse objeto, que veio a se configurar mais tarde como “a cadeia mais segura dessa região sertaneja” por se tratar de um lugar difícil de ser violado. Essa ausência, nos leva a concentrar as pesquisas nas obras de escritores locais como a do próprio Wilson Nobrega de Seixas, que faz uma análise de Pombal, partindo desde a colonização da região no final do século XVII, até início da segunda metade do século XX, mas que em nenhum momento explica a necessidade de construção da cadeia, empenhando-se assim em contar a história de alguns presos que por lá passaram e esquecendo-se naquele momento do próprio objeto de reclusão, hoje patrimônio histórico da cidade.

Nessa perspectiva, o que temos escrito por esses pesquisadores locais, são geralmente as ações de alguns indivíduos que em determinada época estiveram detidos na cadeia da cidade por crimes que cometeram contra a sociedade. Dentro desses casos podemos citar como exemplos: Jesuino Brilhante, cangaceiro da região de Catolé do Rocha e Patú- RN que em uma “ação ousada” teria retirado da prisão em 1874 o seu irmão Lucas, naquilo que teria sido uma “fuga bem sucedida” facilitada por líderes políticos local, ficando mais tarde constatado o envolvimento desses potentados com o cangaceiro; ou ainda a retirante natural de Piancó, Donária dos Anjos, que durante a seca de 1877 teria assassinado e se alimentado dos restos mortais de uma criança, causando alvoroço naquela época; ou também o cangaceiro Rio Preto que vivia a aterrorizar essas e outras regiões do sertão, cometendo as maiores atrocidades, sobretudo contra mulheres. Sobre ele existia ainda uma lenda popular que dizia que o mesmo tinha o corpo fechado e que não morreria facilmente¹⁰.

¹⁰ Mais detalhes sobre esses casos, ler SEIXAS 2004.

Há por parte da historiografia local, certo enaltecimento desses indivíduos, onde pessoas que antes eram mal quistas pela sociedade, por optarem por uma vida criminosa, (e esse seria o motivo de estarem detidas naquele ambiente) são transformadas em símbolos de uma nova época, onde o passado de forma pacífica transforma-se em aventura, ganhando assim uma nova dinâmica, um novo sentido ou uma nova configuração.

Porém, enquanto essa historiografia insiste em sacralizar a imagem de determinados indivíduos, os próprios relatos da época nos dão outra dimensão daquilo que foi vivenciado. O jornal “O Liberal” no fim do século XIX publica reportagens que dão conta de alguns desses eventos:

Captura importante- Acha-se recolhido a cadêa de Pombal o celebre facinoroso Luiz do Rio prêto que trazia em alarma o alto sertão commettendo toda a sorte de crimes e perversidades.

O delegado de Pombal, sabendo que aquelle facinoroso em virtude de feridas que recebera, estava doente no lugar- Campos de S. Domingos na repreza de Manoel machado-, para alli seguiu levando algumas praças e poudo prendê-lo sem difficuldade. Sem duvida foi ferido em alguma lucta. Sobre esse ponto porém correm versões encontradas, e melhor informados voltaremos ao assumpto, pois é justo que receba nossas homenagens quem livrou o alto sertão do infeliz que se constituiu inimigo do gênero humano. Se o Dr. Benjamin d’Oliveira actual juiz de direito de Pombal não estivesse auzente, no gozo de uma licença, Luiz do Rio Prêto ainda estaria em suas medonhas correrias... [grifos do autor] (O LIBERAL, 1882, p.2).

O jornal datado de 12 de agosto de 1882 mostra como a população enxergava a figura do negro Rio preto, diante dos vários crimes cometidos contra a sociedade. Porém, ao mesmo tempo em que se noticia a captura do cangaceiro, o jornal nos revela também a passividade da justiça local em relação às ações praticada pelo “bandido” que após a captura, veio a falecer na cadeia da cidade em consequência dos ferimentos que o mesmo adquirira.

Na historiografia local esses fatos ganham notoriedade e a cadeia, criada para corrigir o indivíduo por seus desvios de conduta perante a sociedade, passa a ser mera coadjuvante na história de vida dessas pessoas. Isso se dá pelo fato das pessoas hoje reconhecerem o local mais através das ações desses indivíduos apontados pela historiografia como importantes, de que da própria importância que tem o local como lugar de punição e do cumprimento da Lei daquela sociedade.

Entretanto, é importante enfatizar que o momento em que vivemos no leva a uma realidade bem diferente da realidade vivida pela população daquela época. São pessoas

contemporâneas aos acontecimentos e que podem ter presenciado de forma avessa as ações cometidas por esses indivíduos que hoje a historiografia local insiste em heroicizar.

Já quanto ao passado do nosso objeto de estudo, o que podemos relatar sobre a construção de algumas cadeias durante a primeira metade do século XIX é que: existia uma preocupação com o sistema prisional por parte do poder regente e esta preocupação estava expressa na constituição de 1824. Nessa perspectiva ao discutir os parâmetros do atual sistema prisional de Souza afirma que:

Em 1824 foi instituída a primeira Constituição do Brasil. De acordo com o artigo 21 as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes. Já no ano de 1830, o Código Criminal traduzia no seu artigo 48, que as prisões públicas tinham que oferecer comodidade e segurança para os detentos (DE SOUZA, 2010, P. 3).

Contudo, na prática não era isso o que ocorria. Ainda de acordo com o autor, o levantamento da época realizado por Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós, em que naquela ocasião buscavam-se analisar a situação das cadeias em 1868, os relatos apontam para uma realidade bem diferente daquela que está presente na constituição da época, e mostra como “insatisfatória” a condição da maioria dessas prisões espalhadas por todo o Império.

Porém, mesmo diante da má qualidade dos prédios que compõem o sistema penitenciário do Império na época em que o relatório foi divulgado, a cadeia da Vila de Pombal que teve sua construção iniciada nesse intervalo em 1847, entre os anos em que foi criada a primeira constituição em 1824 e os anos em que foi realizado o suposto levantamento em 1868, essa já pode ter sido construída sob essa nova perspectiva, seguindo o que estava escrito na constituição vigente. É possível que tenha ocorrido dessa forma porque, mesmo diante das más condições apresentadas pelo relatório em que se encontravam a maioria das cadeias nessa época do império, os mesmos relatos demonstram que na província da Paraíba existia uma situação mais favorável em relação às outras cadeias existentes em outras regiões. “A província da Paraíba tinha cinco cadeias em condições não tão ruins.” (DE SOUZA, 2010, p.4). E mesmo não deixando claro quais eram essas cadeias e quais delas estavam em melhores condições de uso, mesmo assim, isso pode representar um resultado expressivo, diante da má condição da maioria das prisões que foram avaliadas.

No tocante a segurança, quais as particularidades inseridas nesse objeto que atrelam a edificação ao discurso construído em torno desse elemento e que a coloca a todo o momento

como “a mais segura do sertão da Paraíba” durante o seu funcionamento? Através dos relatórios da província da Paraíba do ano de 1859, podemos encontrar algumas contradições sobre esse assunto e percebemos que esse discurso de “fortaleza mais segura” já não era unanimidade nos primeiros anos que esteve em funcionamento.

Acerca de cadêas, sabeis também que estamos bem máo estado. A`excepção da da capital, cujo plano não abona os conhecimentos profissionaes do autor, e cuja exeenção revela, que correrão as obras a principio sem a menor inspeção official, nenhuma outra ha hoje prompta na provincia, que possa prestar-se convenientemente aos serviços, que são reclamados no interior, onde se agglomerão as vezes arecidos números de réus.

Por isso, e sob representação do Dr. Chefe de policia autorisei em data de 10 de junho ultimo as obras de aumento e segurança aconselhadas pelo engenheiro Bless na de Pombal, cuja posição exige por sua distancia da capital uma cadêa nos termos de receber os réos daquelas paragens remotas. (PARAHYBA, 1859, p.29.)

Sendo assim, se levarmos em conta que a construção da cadeia teria iniciado há pouco mais de uma década, no que diz respeito à segurança assim como está presente na Constituição de 1824, esse requisito não se enquadrava naqueles parâmetros, tendo que ser reforçado anos mais tarde para só depois disso, adquirir condições de acomodar uma grande quantidade de presos e com diferentes graus de periculosidade.

Após esse primeiro momento que se inicia com o começo das obras em 1847 e vai até a sua reforma já em 1859, possivelmente alguns elementos foram incorporados a essa estrutura o que pode ter aumentado de fato a segurança do local. Contudo, mesmo não sabendo ao certo quais desses elementos teriam sido acrescentados, é possível que esses tenham permanecido até os dias atuais ou que pouco tenha se modificado, já que a mesma permaneceu ativa até a segunda metade século XX.

Entretanto, nos propusemos a fazer um mapeamento da cadeia e uma descrição mais detalhada sobre aquele ambiente, trazendo para o leitor alguns aspectos importantes no tocante à segurança e possibilitando ao mesmo tempo um maior entendimento acerca do objeto estudado. Além disso, acreditamos que essa descrição mais detalhada sobre o ambiente possa instigar novas pesquisas e que a partir do nosso trabalho, possa surgir vários questionamentos acerca desse e de outros locais ainda inexplorados da história pombalense.

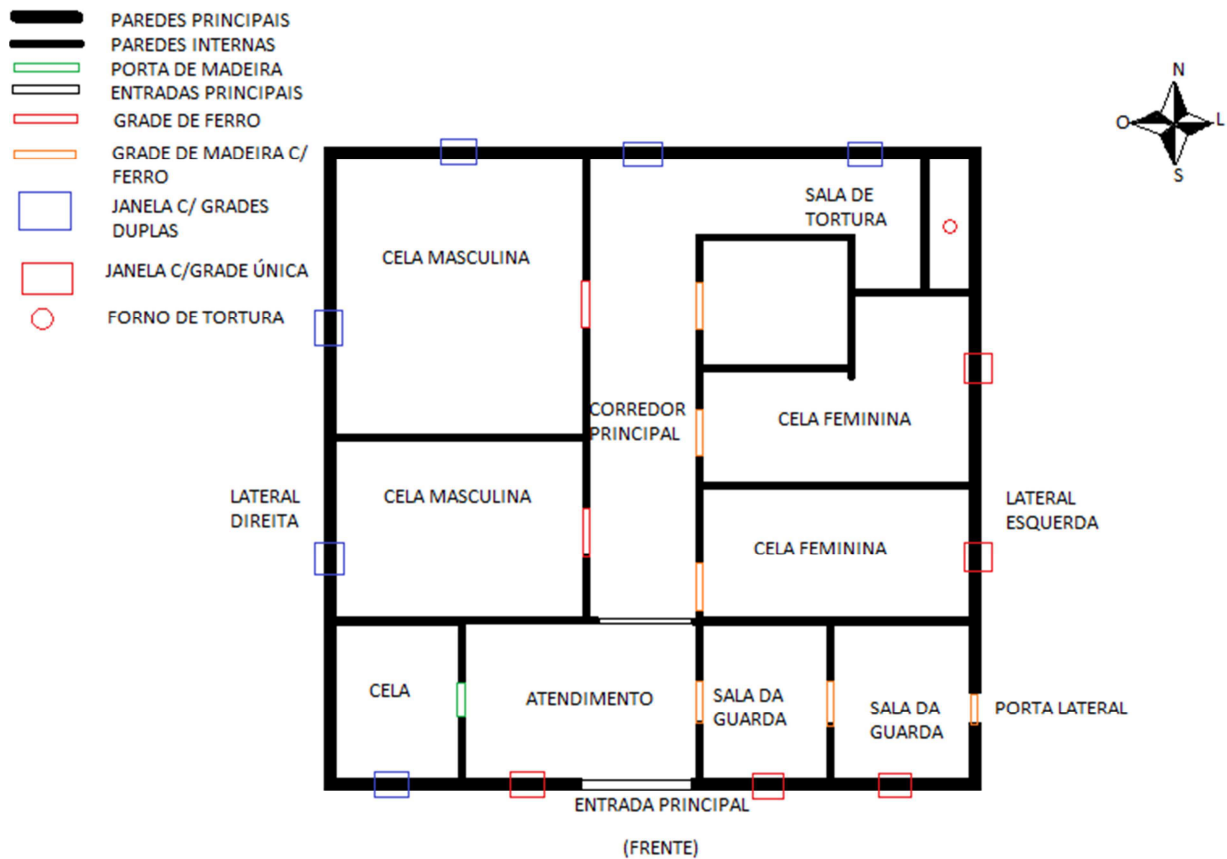
2.2- Descrevendo a cadeia nos dias atuais



Foto 1 Casa da Cultura de Pombal- PB 2014 (Acervo Pessoal)

Uma fortificação erguida no coração da cidade, com a sua frente voltada para o sul onde no passado se encontrava o grande largo que deu lugar às praças da cidade. Cercada de elementos importantes da história pombalense, tem ao seu lado direito a Escola João da Mata e a poucos metros ao leste está localizado a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construção de 1721 e que é tida como “marco inicial da cidade de Pombal”. Em frente à igreja está localizado o cruzeiro, construído como marco de passagem do século XIX.

Na planta abaixo é possível se ter uma ideia do funcionamento e da divisão da cadeia, localizando as celas masculinas e femininas e outros elementos importantes que fazem parte da história dessa edificação.



Mapa 4- Planta da Cadeia Velha 2014 (Acervo pessoal)

coabrindo uma área aproximada de 324 metros quadrados.¹² As paredes laterais medem aproximadamente 4,60 metros de altura até o beiral, onde se encontram com as telhas, e tem espessura em torno de 1 metro de largura. Já as paredes internas medem aproximadamente 80 centímetros de largura e se tornam mais altas no centro, devido ao traçado arquitetônico da construção.

Ainda analisando e descrevendo os aspectos físicos da cadeia, não podemos deixar de notar que tudo era construído de maneira cuidadosa a fim de dificultar o máximo possível a fuga de prisioneiros. O piso, por exemplo, não seguiu um padrão único ou homogêneo, já que a sua composição muda de acordo com o ambiente. Nas celas masculinas, localizadas na ala direita da cadeia, o piso é formado por blocos pesados de pedras encaixadas cuidadosamente, dificultando assim a remoção das mesmas. Já nas celas da ala esquerda, onde segundo

¹¹ Essa planta foi desenvolvida com objetivo de apresentar melhor ao leitor o nosso objeto de estudo. E por ser apenas uma representação do espaço, não apresenta medidas ou divisões exatas, típicas da arquitetura.

¹² Antes que se faça qualquer relato ou descrição do nosso objeto de pesquisa é importante ressaltar que as medidas apresentadas, foram retiradas pessoalmente. É importante dizer também que essa construção não apresenta medidas homogêneas e que essas medidas podem se modificar por mais de uma vez, em um mesmo ambiente. Sendo assim, esclarecemos a necessidade de se usar uma media que seja aproximada.

informações dos funcionários da Casa da Cultura, localizavam-se as celas femininas, o piso é formado por blocos de pedras e também por “tijolos rústicos” que seguem se alternando da mesma maneira, em outros cômodos da cadeia.



Foto 2 - Parte do piso de tijolo da cadeia 2014 (Acervo pessoal)



Foto 3 – Parte do piso de pedra da Cadeia 2014 (Acervo pessoal)

As celas estão separadas por um corredor principal. Restringindo o acesso as celas, estão grades de segurança que variam de acordo com a necessidade de cada ambiente. Na ala em que se encontram as “celas femininas” as grades são feitas de madeira resistente em suas laterais e no centro estão as barras de ferro, que nesse caso, não são muito grossas. Já na ala em que se encontram as “celas masculinas” as grades são feitas de ferro maciço o que demonstra maior preocupação com a segurança desses ambientes.



Foto 4- Corredor principal da cadeia 2014 (Acervo pessoal)



Foto 5- Visão interna do corredor principal 2014 (Acervo pessoal)



Foto 6- Porta de cela masculina 2014 (Acervo pessoal) Foto 7- Porta de cela feminina 2014 (Arquivo pessoal)

Seguindo o mesmo padrão de segurança encontram-se as janelas, que por sua vez, são guarnecidas por grades de ferro maciço. Porém, da mesma forma que ocorre com as grades nas portas das celas, as grades das janelas aumentam ou diminuem a segurança de acordo com função de cada ambiente. Nas janelas das “celas femininas” e também nas janelas frontais, com exceção da janela na primeira cela, localizada ao lado direito da entrada principal e que é fechada por uma porta de madeira maciça, nesses ambientes apenas uma grade de ferro maciço, guarda o local. Já nas “celas masculinas” e nos outros ambientes, existem grades duplas de ferro maciço que reforça ao máximo a segurança desses locais.



Foto 8- Janela com grade dupla 2014 (Acervo pessoal)



Foto 9- Janela com grade única 2014 (Acervo pessoal)

O corredor no centro da cadeia além de permitir o acesso as celas, também conduz as pessoas desde a sala da entrada principal, até o fundo do recinto, onde está localizado um pequeno vão, em que também podemos perceber a presença de um forno. Neste local, segundo os relatos que se tem e que foram se perpetuando ao longo das gerações, está localizada a “sala de tortura” onde os presos eram submetidos a castigos severos quando se achava necessário.

O compartimento mais temido da prisão era a cela de tortura, onde o preso totalmente nu era colocado em pé numa espécie de forno. Em seguida baixavam uma grade sobre a cabeça do desgraçado e ateavam fogo por baixo da caixa de ferro. O calor e as queimaduras forçavam os presos a “confessar” seus crimes. [grifos do autor] (DE SOUSA, 2013, p. 32).

Ainda segundo o próprio autor, “esse forno teria sido destruído no ano de 1960 por ordem judicial”. No entanto, no local existe um forno de cimento representando o antigo objeto de tortura.



Foto 10- Forno da sala de tortura 2014 (Acervo pessoal)

No interior da cadeia podemos observar a existência de cinco celas e todas com tamanhos diferentes. A cela principal na ala masculina mede aproximadamente 6,10 metros de largura por 7 metros de comprimento, sendo essa a maior de todas. Enquanto a segunda cela, também na ala masculina mede apenas 6,10 metros de comprimento por 3,58 metros de largura, bem menos com relação à primeira. Nestas celas além das grades de ferro maciço nas portas e janelas, outro elemento foi implantado com o objetivo de reforçar a segurança daquele ambiente. Acima da altura das portas no espaço que fica entre o teto e o chão a aproximadamente 3 metros de altura, foram instaladas vigas de madeira resistentes em forma de grades, impedindo que os presos tivessem acesso ao teto em uma possível fuga.



Foto 11- Interior de cela principal 2014 (Acervo pessoal)



Foto 12- Teto da cela Principal 2014 (Acervo pessoal)

As duas celas da ala feminina também possuem medidas diferentes, mas, a segurança nesse local apresenta-se reduzida. Nessas celas podemos observar que não foi instalada nenhuma proteção no espaço que fica entre o chão e o teto. Porém, em uma delas, pode-se perceber um formato diferenciado. Um local reservado em forma de “L” que nos leva a entender a necessidade de um pouco mais de cuidado com privacidade deste local, por esse se tratar de um espaço feminino.



Foto 13-Interior de cela feminina 2014 (Acervo pessoal)



Foto 14 Teto de Cela feminina 2014 (Acervo pessoal)

Trancada por trás de uma fachada bem conservada, “herança do período Imperial brasileiro” é dessa forma que se configura a “Cadeia Velha de Pombal” nos dias atuais.



Foto 15- A “cadeia velha” nos dias atuais 2014 (Acervo pessoal)

2.3- De cadeia a casa de cultura, da cultura ao patrimônio

O fechamento da “Cadeia velha” alicerçada na primeira metade do século XIX representa o fim de uma era em que a punição é o principal objetivo de sua construção e abre espaço para uma nova perspectiva em que a memória, a educação e a cultura tornam-se os principais elementos do seu funcionamento.

Nessa concepção, buscamos entender em linhas gerais alguns dos motivos que podem ter ocasionado o fechamento desse ambiente, fato que teria contribuído de forma direta para a mudança de funcionalidade da cadeia e ocasionado mais tarde a reabertura do local, agora como casa de cultura.

São muitas as possibilidades que nos coloca a analisar o evento, porém, acreditamos que a desativação da cadeia tenha ocorrido por não mais atender aos requisitos exigidos em **um novo padrão penitenciário**, ou ainda por ela não mais oferecer condições de funcionamento, já que a situação do local é considerada inviável para abrigar pessoas.

Em estudos já realizados, enquanto analisa o processo crime ocorrido no ano de 1883, é possível percebermos as condições do local apontadas pelo autor como “causadora de mazelas” comum e recorrente, durante o período do seu funcionamento.

A tradição oral deste caso dá conta de que Maria da Conceição não viveu o suficiente para pagar a pena, morrendo, meses depois de pneumonia, adquirida pelas péssimas condições da cadeia de Pombal, que na verdade era uma fortaleza insalubre, feita com vistas a castigar os infratores, isolando-os da sociedade, de forma severa e definitiva (ARAÚJO, 2013, p. 93).

Todavia são fatos que ocorreram dentro da cadeia e esse é apenas um dos motivos que podem ter vitimado alguns dos presos que estiveram detidos neste lugar, tendo em vista que as celas são escuras e como podemos constatar ainda hoje, durante os tempos chuvosos a umidade aumenta consideravelmente comprovando a situação insalubre citada no documento.

Outros indícios que nos levam a pensar a desativação da cadeia, também podem ser apontados através de uma simples análise na planta que descrevemos. Nela, é possível perceber a inexistência de elementos importantes para higiene dos apenados, como a falta de um local para banho, ou ainda, a ausência de um local em que os presos possam realizar as necessidades fisiológicas, ou por falta de outros elementos essenciais.

As regalias eram irrisórias, já que os presos dormiam no chão e as paredes não dispunham de armadores para redes. Até o final da década de 1940, os presos eram amarrados pelo pescoço, com cordas de agaves, e, em número de 10 eram levados

para os banhos em cacimbas no rio Piancó. A guarnição de soldados armados com rifles e mosquetes, não estimulava as fugas. (SOUZA, A União, 2013, p.32).

Na passagem o autor vem apenas reforçar o nosso raciocínio e mostrar que a falta de estrutura do local, que desde o século XIX, recebia apenas foi um dos fatores decisivos que levou a desativação da mesma, dentro de uma sociedade que se modifica constantemente.

Outro aspecto importante que deve ser observado é o fato de que a cadeia está localizada no centro da cidade e que a ausência de muros cercando a edificação permite um constante contato entre as pessoas e os presos que ali estavam.

Na cadeia existem duas janelas que dão para o pátio do Grupo Escolar João da Mata onde, na hora da merenda, presos famintos estendem suas mãos amarelas, como personagem de Victor Hugo, implorando às crianças não menos famintas, um copo de leite ou um prato de sopa feita por Maria Queixinho, merendeira do Grupo Escolar João da Mata. É uma luta desigual, pois muitos alunos têm ali sua única refeição do dia, além de que a Diretora, atenta como uma águia, observa, com ar de reprovação todo movimento. (ARAÚJO, 1997, p.26).

Além do convívio com os alunos é possível perceber também uma relação de desconfiança, que se dá entre os presos e as pessoas que circulam próximo ao local. Neste momento, pode estar sendo traduzida no olhar da diretora a visão que a sociedade tem em relação ao objeto abordado.

Em outras palavras é como se a presença desses indivíduos gerasse algum desconforto para a sociedade, ou que talvez a inexistência desse lugar no centro da cidade, ao lado de uma instituição de ensino, fosse a melhor maneira de lhes afastar o perigo e manter a população totalmente em segurança.

Como podemos perceber, são diversos os motivos que nos fazem pensar na necessidade de desativação daquele “objeto regulador”, porém, mesmo depois de apontarmos alguns desses fatores, não podemos deixar de argumentar sobre o crescimento da cidade que, assim como todos esses fatores, também pode ter contribuído significativamente com o evento em questão.

Não diferente de outras cidades paraibanas que passam por um processo de modernização “as transformações urbanas ocorridas em Pombal, demonstradas através de suas conquistas materiais, acabou por implicar numa série de mudanças, seja em sua

configuração espacial, seja na mudança de práticas cotidianas” (SANTANA, 2004).¹³ Junto a essas mudanças e reconfiguração espacial, o comércio impõe seu ritmo e com isso, ocorre o afastamento de parte da população para regiões antes desabitadas, consideradas tranquilas diante da agitação em que se encontra o centro urbano. Essa mesma reconfiguração do espaço, também afasta elementos essenciais do centro urbano e junto com as necessidades já existente, torna-se inevitável o afastamento do presidio para as regiões marginais da cidade.

Após a desativação provavelmente na segunda metade do século XX, a cadeia passa por um período de esquecimento. Com as atividades carcerárias encerradas, recai sobre essa o descaso, comum em muitos objetos que compõem a nossa história já que, mesmo diante do valor histórico que estão inseridos nesses elementos, muitas vezes, somente isso não é capaz de torna-los dignos de serem preservados, pois o olhar hostil presente na sociedade é capaz de subjuga-los por não atenderem aos critérios exigidos pela própria sociedade.

Muitos hoje em dia confundem Patrimônio Cultural com velharias, esquecendo-se de sua representatividade... acham que só o bonito ou histórico é que devem ser preservados e esse bonito, evidentemente, depende de critérios subjetivos e quase tudo para quase todos é feio ou insignificante (LEMOS, p. 39 apud MONTEIRO, 2005, p.6).

Dentro dessa perspectiva, apenas os elementos que estão ligados à história através dos grandes eventos; ou que tem traços artísticos definidos e fazem parte de uma visão universal, merecem maior atenção, sendo essencial mantê-los em perfeito estado de conservação. Quando isso não ocorre, torna-se mais interessante constituir um discurso em que o “moderno” se configura como o “novo e o belo” do que reconhecer a representatividade em elementos desconhecidos, porém, não menos importante de um determinado grupo social; mas que por sua vez, diante desse olhar que determina as escolhas, não podem ser comparados ou mesmo transformados em valores materiais atendendo assim os anseios daqueles que os julgam.

Contudo, mesmo se encaixando dentro das expectativas citadas, nem sempre esses elementos primam sobre outros, diante do descaso a que é exposto o patrimônio histórico em sua configuração Nacional. O exemplo disso é que por alguns anos o antigo presidio que outrora servia a sociedade de forma atuante, torna-se mais um elemento do descaso e em

Universidade Estadual da Paraíba e ANPUH. Tema: História e Historiografia: entre o nacional e o regional. Simpósio Temático 11: História, memória e oralidade. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20%20Flavio%20Carreiro%20de%20Santana%20%20TC.PDF Acesso em 11 de julho de 2014.

desuso, tornou-se apenas mais um objeto relegado do centro histórico pombalense. Esquecido pelos órgãos preservacionistas que deveriam protegê-lo, realizando o seu tombamento e criando situações que pudesse aproxima-lo cada vez mais da sociedade em que está inserido, só teve seu reconhecimento efetivado anos mais tarde em meio a interesses desconhecidos dos órgãos administrativos.

Cabe-nos informar que, no ano de 1989, foi criada uma fundação denominada de “Casa da Cultura”, não se sabendo o seu caráter, como um ente público ou privado, já que seus membros faziam parte da administração pública e eram amigos particulares e os seus atos constitutivos não chegaram ao conhecimento do público. (VIANA, 2004, p.23)

Mesmo diante da incerteza quanto ao caráter público ou privado que se insere a Fundação Casa da Cultura, a iniciativa marca um espaço de mudanças onde o patrimônio histórico da cidade começa a ganhar destaque; pois, é a partir desses primeiros passos que temos as primeiras tentativas de tombamento do centro histórico pombalense, concretizado no ano de 2002.

A Priore o que seria a Casa da Cultura? “Desativada como presídio, a Cadeia Velha deveria ser o Museu do Cangaceiro, o que bem caracterizaria a sua história, mas o projeto não foi adiante” (ARAÚJO NETO & SOUSA, 2004, p.15). No museu deveriam ser depositados objetos da história não só da cidade, como também, da região. Esses objetos, principalmente ligados ao cangaço, serviriam para consolidar a história desse ambiente, já que por suas celas passaram muitos cangaceiros e alguns se destacaram no período em que viveram. Ainda de acordo com o autor, estiveram presos na cadeia os seguintes cangaceiros: “Lucas, irmão de Jesuíno Brillhante, Rio preto, Chico Pereira, Ulisses Liberato” entre outros, o que justificaria a iniciativa de criação de um lugar voltado para a memória do cangaço nessa região sertaneja.

Entretanto, como podemos observar o projeto não foi adiante. Mas, a reabertura da cadeia como lugar de memórias ocorreu trazendo uma nova perspectiva para a história local: “No dia 21 de julho de 1989, data da elevação à categoria de vila de cidade de Pombal (...) foi inaugurada a Casa da Cultura, sendo que de um ergástulo público enfeitou-se num órgão de liberdade do pensamento humano” (ARAÚJO NETO & SOUSA, 2004, p.24). No lugar estão objetos que fizeram parte não só da vida dos pombalenses, mas, também de outras localidades e que chegaram ali por meio de doações da própria população.

Em nossa concepção, essa transformação da cadeia em museu, não serviu apenas para guardar objetos da história da população. Foi a partir desse espaço que começou a ser consolidado o reconhecimento do centro histórico da cidade, o que ocorreu por intermédio da administração da Casa da Cultura. Já que sobre o patrimônio da cidade “os referidos bens estão inclusos na relação de monumentos cadastrados, em via de tombamento, desde 1980.” (IPHAEP 0030, 2002, p.03), mas, apesar do tempo em que esses se encontravam cadastrados, nada tinha sido feito em relação ao tombamento dos bens.

Como podemos perceber os prédios tombados que compõem o centro histórico da cidade de Pombal, não ganha importância apenas, por fazerem parte de um conjunto de objetos seculares que vem resistindo até hoje as ações do tempo e as forças da natureza. E sim, porque a sociedade em que esses elementos estão inseridos atribuiu sobre esses algumas significações.

E são justamente esses significados que movimentam pessoas da sociedade e os levam a se interessar pela preservação e conservação dos elementos que representa a memória coletiva, buscando a regulamentação e consolidação do patrimônio histórico, através dos órgãos preservacionistas.

Portanto, mesmo não negando a importância dos monumentos e edificações como partes constituintes da história das sociedades, vale salientar que o patrimônio edificado não está contido apenas no corpo físico dessas edificações, mas, quando atrelamos ao físico aquilo que é simbólico e que nos leva ao significado.

Sendo assim, uma edificação que foi construída há séculos atrás, pode passar despercebida e até mesmo nunca ser reconhecida como patrimônio histórico de um determinado lugar, por não expressar sobre o meio social algum tipo de interesse que possa buscar nesses objetos os seus significados que os levam a ser reconhecido perante aquela sociedade. Pois, como podemos perceber a cadeia velha de Pombal não está inserido nesse discurso apenas por ser uma cadeia, mas, porque ela foi significada como símbolo representativo da sociedade pombalense, e por isso foi atribuído a ela o conceito de patrimônio.

Essa patrimonialização é resultado de uma série de processos que passa tanto pela percepção do que está edificado, como da significação que a edificação tem para as pessoas

que propõe o tombamento, como para quem analisa as propostas e tomba o objeto, ou ainda para quem o bem tombado passa a expressar sobre esses os seus significados.

Como podemos perceber o significado daquilo que é importante ser preservado tem um papel fundamental no processo de preservação. Em Pombal, é a partir da Casa da Cultura e da relação desse objeto com a sociedade, que surgem às preocupações acerca da preservação do patrimônio histórico da cidade. Na ocasião, durante um momento de efervescência de parte da população, onde se discute o descaso das autoridades em relação ao patrimônio edificado, chegou-se a criação de um manifesto em que estão expressos os anseios e opiniões de pessoas, diante da situação em que se encontrava a antiga cadeia.

CAPÍTULO III

MANIFESTO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

3.1- Manifesto

Os dois primeiros anos que sucederam ao tombamento do centro histórico de Pombal foram marcados por debates calorosos em defesa da preservação do patrimônio histórico da cidade. Porém, assim como ocorreu anteriormente a Cadeia Velha esteve inserida no foco da discussão.

Se a princípio a Casa da Cultura por meio da ação dos seus administradores, teria sido um objeto de suma importância para a concretização do tombamento dos bens patrimoniais da cidade, fato realizado pelo IPHAEP no ano de 2002, poucos anos depois ela serviu de exemplo traduzindo o descaso e a falta de assistência dos órgãos municipais para com os objetos que constituem a história e a memória da população pombalense.

Dialogando com pessoas próximas no nosso cotidiano, percebi que quando tratamos de tombamento e da preservação dos bens patrimoniais em nossa sociedade, a ideia que prevalece na maioria das conversas, provavelmente pela falta de conhecimento sobre o assunto é que: os objetos que se encontram amparados pela Lei do tombamento são algo intangíveis, e por isso, são vistos como prioridade se comparados a outros objetos que se encontram desprotegidos ou que não exercem tanta representatividade dentro da mesma sociedade.

Geralmente temos essa concepção porque acreditamos que esses elementos por se encontrarem protegidos por Lei, receberão dos órgãos responsáveis atenção diferenciada, passando a ser restaurados todas as vezes que houver necessidade da realização de reformas ou quando precisarem da ajuda dos órgãos preservacionistas para resolver qualquer problema que ameace a sua existência.

Entretanto, quando partimos para a realidade existente percebemos que as coisas são diferentes e que na verdade, não é isso o que ocorre. Como responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, os órgãos preservacionistas como, por exemplo, o IPHAEP, dependem assim como outros departamentos do “entrosamento com entidades municipais, estaduais, regionais, federais, paraestatais e internacionais” (TARGINO, 2003, p. 16) para a realização das obras nas cidades históricas. Sendo assim, para que as coisas funcionem, passa a ser algo

complexo, mas, de suma importância, a ação dos municípios através da formação de políticas públicas que visam a preservação dos bens patrimoniais das cidades tombadas.

Como exemplo, na experiência vivida em Pombal-PB, diferente do que se imagina; o tombamento não representou de imediato a salvação do patrimônio histórico da cidade. Pois, mesmo com a regulamentação perante o IPHAEP, a preservação dos prédios tombados continuou estagnada, esperando por ações do poder público que tivessem como objetivo, a viabilização de alguns trabalhos que pudessem resolver com urgência a situação dos objetos tombados, que naquela ocasião passavam por sérios problemas.

Contudo, essas ações tão esperadas demoraram a chegar, aparentemente graças a omissão do poder público, mesmo após o tombamento.

O poder público municipal, que deveria agir conforme e conjuntamente à união, reage muitas vezes com atitudes que criam situações de conflitos, movido por questões políticas ou outros interesses predominantes circunstancialmente. É comum que as prefeituras permitam ou, às vezes, promovam obras em flagrante desrespeito àquilo determinado pelo PHAN ou, constantemente, em desacordo à proteção do patrimônio- ambiental ou cultural- possibilitando que a população posicione-se de um lado ou de outro, conforme suas necessidades circunstanciais e individuais. (SIMÃO, 2006, p.41).

Esse posicionamento que de fato veio a ocorrer deixa claro o interesse das parcelas envolvidas e promove o distanciamento de parte da população com o poder público municipal, através das divergências políticas e da postura contrária adotada por alguns governantes, que por consequência, termina penalizando toda a população que fica privada de tais benefícios.

No caso do patrimônio histórico pombalense a omissão do poder público para com os objetos históricos da cidade revela algo inesperado, fazendo surgir naquele momento o sentimento de pertencimento de pessoas da sociedade que passam a se reconhecer como parte importante desse meio social.

Dentro dessa perspectiva, indivíduos que antes eram desconhecidos de grande parte da população, (apesar da grande maioria ser pessoas letradas ou de pertencer a classes com poder aquisitivo considerável) começam a se apropriar e conseqüentemente a cobrar por um espaço que lhes é comum, espaço em que eles se reconhecem; pois, neste local estão inseridas partes importantes não só da sua vivência, mas também da vivência dos seus familiares e amigos.

Sendo assim, o sentimento que aflora dentro dessa parcela da população vai aos poucos ganhando força, e em pouco tempo se transforma em protesto em defesa dos objetos históricos da cidade.

Os motivos que levaram a revolta das pessoas envolvidas nesta ação podem ser observados através de fotografias daquela época, quando a antiga cadeia encontrava-se totalmente encoberta por *trailers* comerciais e ao mesmo tempo oculto dos olhos da população.

Contudo, mesmo escondida dos olhos da maior parte da população que parecem estar alheios a esse tipo de situação, talvez por não entender o valor histórico que cada objeto representa dentro da própria cidade, apesar disso, é da própria população que surge a iniciativa para se buscar soluções que possam manter preservadas as heranças deixadas através do tempo.



Foto16- Casa da Cultura em 2002 (IPHAEP, 0030, 2002, fl. 19).

Na imagem acima é possível observar a Casa da Cultura em péssimo estado de conservação. E mesmo encoberta por barracos é possível percebermos também o quanto a sua faixada encontrava-se prejudicada pelo salitre, provavelmente consequência da urina das pessoas que frequentavam o local e que usavam o ambiente para realizar as necessidades fisiológicas.

Hoje a cadeia velha, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba- IPHAEP, agora denominação de Casa da Cultura, se encontra por trás de contraditórios barracos que vendem bebidas alcoólicas, dando margem para sua calçada secular, de pedras rústicas, servirem de banheiro para bêbados e desocupados. O abandono do nosso monumento histórico exalta o atraso e o desrespeito aos nossos antepassados, ao presente e as futuras gerações. (ARAÚJO NETO & SOUSA, 2004, p. 18).

Além do desrespeito com a história pombalense naquele momento, o abandono dos bens patrimoniais da cidade representa ainda, a incerteza para as gerações futuras, já que acreditamos que “é observando o passado que o homem adquire as experiências necessárias para corrigir os erros do futuro” criando assim situações que lhes sejam mais favoráveis e que possam lhes proporcionar uma maior comodidade.

3.2- “Os inimigos da memória”

Ao analisarmos o livreto “O manifesto em defesa do patrimônio histórico”, idealizado pelo Engenheiro agrônomo pombalense José Tavares de Araújo Neto e apoiado por “filhos da terra” espalhados por diversos lugares do mundo, que tem como objetivo chamar a atenção da população para o descaso existente para com o patrimônio da cidade é que podemos entender de maneira mais clara a relação das pessoas envolvidas com o movimento em questão. Movimento que reúne não só as pessoas da cidade, mas também, pessoas externas que valorizam a história e a cultura brasileira de uma forma geral.

Já no prefácio do trabalho, intitulado “Os inimigos da memória”, o escritor, poeta e compositor Braulio Tavares, movido pelo sentimento de revolta ocasionado pela destruição do patrimônio Histórico Artístico e Cultural, não só da Paraíba, mas principalmente o patrimônio histórico brasileiro de uma forma geral, destaca três categorias de indivíduos que de maneira consciente ou inconsciente destroem os objetos da nossa história, são eles: o Lucrador Predatório, o Modernizador Angustiado e por fim, o Desinformado Catastrófico.

Dentro da sua perspectiva, cada um desses indivíduos contribui de forma expressiva para a destruição dos objetos deixados por nossos antepassados. Entre esses grupos de pessoas o que existe em comum é o fato de que todos estão movidos pelo capitalismo, e a busca pelo acúmulo de valores que esse sistema proporciona, é que os leva a destruir o patrimônio existente, na intenção de se criar elementos que se encaixem, sobretudo, nesse conceito de

modernidade que gera cada vez mais lucro e que se torna cada vez mais presente no nosso meio social.

O **Lucrador Predatório** é o cara que bota abaixo o prédio onde um jornal funcionou por 50 anos e faz ali uma farmácia. É o cara que está fazendo um filme e para filmar uma cena manda serrar uma árvore que já estava ali quando Pedro Álvares Cabral chegou em Porto Seguro. É o cara que derruba um chafariz do século 18 para construir uma garagem para sua camionete. Ele não tem nada específico contra o patrimônio, contra a memória, a não ser quando eles prejudicam seus interesses. Ele é como um gafanhoto: quer apenas devorar o que aparece a sua frente (TAVARES, apud, ARAUJO NETO, 2004, p.9-10). [grifos do autor]

No pensamento deste indivíduo, a história não exerce nenhuma influência. Por isso, ele não se incomoda em se desfazer daquilo que é precioso para as futuras gerações, se em contrapartida, aparecer um negócio que lhe proporcione algum lucro.

Por outro lado o “Modernizador Angustiado” é conhecedor da história, mas a história para ele não traz boas recordações. De acordo com o autor esse tipo consciente, viveu parte da sua vida cercado por regras e costumes de uma sociedade conservadora que sempre via as coisas novas (O moderno) como “algo suspeito” dentro dos padrões tradicionais.

E nesse impulso ele começa a combater tudo que parece velharia. Não adianta dizer que tem valor histórico. Para o Modernizador Angustiado, o mundo já tem história demais, passado demais. Ele é um fanático pelo futuro, e para impor o que ele acha ser o futuro é capaz de implodir a Catedral de Notre Dame ou de aterrar os canais de Veneza. (TAVARES, apud, ARAUJO NETO, 2004, p. 10).

Sendo assim, de nada adianta sua consciência ou o seu conhecimento sobre a história das gerações anteriores. Ele busca se libertar, e para isso o que interessa mesmo é que tudo seja renovado.

Diferente dos dois tipos apresentados surge o “Desinformado Catastrófico”. De acordo com o autor esse indivíduo não tem consciência daquilo que está fazendo. Muitas vezes isso ocorre por falta de conhecimento ou por ele não ter recebido na sua formação, a educação necessária que o tornasse consciente daquela situação.

É o sujeito que assume uma repartição e manda jogar no lixo aquelas caixas e caixas de papéis velhos “que só servem para ocupar espaço”. É a turma que vai fazer acampamento no parque florestal, acende um fogo para fazer café, e destrói não sei quantos mil hectares de Mata Atlântica, num incêndio que precisa de mil bombeiros para ser contido. É o síndico que não gosta de um mural e manda arrancar todos os ladrilhos, sem perguntar quem fez aquilo ou quando. (TAVARES, apud, ARAUJO NETO, 2004, p. 10- 11).

Esse indivíduo muitas vezes só quer fazer o que para ele parece ser correto. Porém, a falta de conhecimento não o deixa enxergar que tudo aquilo o que ele está fazendo, na verdade prejudica uma grande parte da sociedade “os delitos que pratica não são dolosos (com intenção de prejudicar), mas são culposos, porque prejudicam”. (TAVARES, apud, ARAUJO NETO, 2004, p. 11).

Assim como esses indivíduos, existem na sociedade vários grupos de pessoas que por algum motivo não vêem o patrimônio histórico como algo benéfico ou digno de ser preservado. Por outro lado, existem também pessoas que enxergam no patrimônio histórico uma forma de aprendizagem essencial tanto para as gerações presentes como para as gerações futuras.

São pessoas, capazes de se organizar e de buscar dentro da própria população o apoio necessário para conseguir os seus objetivos. Assumindo tal postura, ele está exercendo também, a posição que lhes é de direito como cidadão, o direito de participar e de cobrar dos nossos governantes de maneira consciente, ações que venham beneficiar não apenas um indivíduo de maneira seletiva, mas todo o coletivo de forma geral. E é isso que ocorre em Pombal.

Partindo da experiência vivenciada pelos pombalenses onde o objetivo era o coletivo, o resultado foi expressivo e podemos perceber através dos depoimentos presentes no manifesto, a reação e a indignação das pessoas ao se depararem com a destruição dos bens patrimoniais espalhados pela cidade.

...É uma pena que o descaso e a falta de sensibilidade e respeito histórico façam com que lugares que deveriam servir de guardião da história pombalense fiquem entregues ao abandono e às traças. É um verdadeiro assassinato a nossa história. Fica aqui o meu protesto e descontentamento. **(Stanley Dias Nobrega- Brasília - DF)**

Onde estão a câmara municipal e o ministério público que não veem este descalabro? Em Pombal, os bandidos de chapéu de couro do passado se comportaram com mais dignidade que os bandidos de gravata de hoje. **(Eduardo Jorge - João pessoa- PB)**

O que acabei de ver realmente doi o coração, principalmente de uma pombalense que ama a sua terra. O que teremos para mostrar aos nossos filhos sobre nossa história, se tudo está indo de água abaixo? Assim vamos ficar sem passado, provavelmente sem futuro. É muito triste e vergonhoso. **(Auta Sueley Formiga Arruda- Brasília -DF)**.

Os objetos que formam a história pombalense ocupam um lugar de destaque dentro da discussão. Porém, a possibilidade de não poder mais contar com esses objetos, por causa do descaso com o patrimônio da cidade, é visto como ameaça, algo prejudicial às gerações futuras, já que existe a possibilidade de não termos mais como exemplos, esses elementos de forma palpável, o corpo físico presente; algo que não esteja apenas nas lembranças das pessoas que vivenciaram uma determinada época, mas, que também faça parte do presente e que possam trazer para as gerações futuras, a possibilidade de conhecer ainda mais sobre as heranças deixadas pelos seus antepassados.

Nessa perspectiva, o sentimento de indignação que se perpetua principalmente contra os gestores municipais, por esses não se preocuparem com a situação que se apresenta, serve como combustível e ajuda a dar ainda mais impulso ao movimento existente.

Por outro lado, o apoio que chega de vários lugares, é visto como ferramenta de grande importância, na tentativa de pressionar os governantes locais e fazer com que esses gestores tomem as devidas providências, diante da grave situação em que se encontra o patrimônio histórico municipal. “José Tavares, a história se faz com luta e perseverança. O seu trabalho é digno de um filho consciente e de sentimentos aos valores culturais da nossa terra. Parabéns.” (**Verneck Abrantes de Sousa- Campina Grande- PB**).

Pessoas como o amigo Jose Tavares merecem nosso aplauso pela bravura de está engajado nessa luta, que é de todos nós, mas deveria ser, principalmente, da administração municipal de Pombal, que, deixe bem claro, nada, absolutamente nada tem feito pela cultura de nossa Pombal. (**Naldo Silva- Pombal- PB**)

Porém, além do apoio como podemos observar, também é possível destacar alguns pontos essenciais que marcaram esse discurso. A importância da participação popular no discurso que pede a preservação dos objetos que constituem a memória da cidade é algo que tem que ser destacada como parte fundamental desse processo de conquista.

Além disso, o que foi realizado em Pombal através da iniciativa de um cidadão comum, neste caso, José Tavares de Araújo Neto nos faz refletir ainda mais sobre o papel do cidadão dentro da nossa sociedade. O cidadão consciente que ouve e se faz ouvir, e que não deixa apenas sob a responsabilidade do poder público, os encargos de fiscalizar o município. Cobrando e agindo com responsabilidade ele faz com que as coisas funcionem de maneira organizada, tudo dentro de sua ordem e do seu devido lugar.

Outro ponto importante que podemos destacar é o apego da população com os objetos da cidade, apego que se mostra cada vez mais forte e nos dá um pouco da noção do que esses objetos representam para essa sociedade. “Como é sabido, a cidade de Pombal representa não só a parte histórica viva paraibana, mas também do cenário nacional, pois o seu patrimônio cativa e vislumbra seus visitantes orgulhando ainda mais os seus filhos ilustres”. **(Pedro Junqueira Neto – Pombal- PB)**.

A intelectualidade pombalense não suportará golpe tão grande desfechado por políticos que somente enxergam a anti-cultura como solução administrativa. Engajome ás lutas ds bravos irmãos pombalenses na preservação da Casa da Cultura de Pombal. **(Rogério Dias- poeta e Artista Visual- Mossoró- RN)**

Amigos conterrâneos, A Casa da Cultura, o próprio nome é digno de louvor, preservação e de atenção, pela grandeza, fonte de inspiração de lição gerada na nossa terra, um dos lugares mais bonitos, mais atraentes do mundo; são as nossas raízes, nossas tradições, costumes, valores, que contribuem para o engrandecimento de Pombal, do Estado, do Nordeste, do Brasil do mundo. Vamos defender apoiar, valorizar e divulgar o que é nosso. Abraços. **(José de Sousa Dantas- João Pessoa- PB)**

Caro Guerreiro José Tavares, A herança cultural construída a tão duras penas e pela sensibilidade de tantos não pode ser jogada na lata do lixo por um bando de irresponsáveis. Onde está o MP (Ministério Público) que não toma as providências legais cabíveis? Mantenha-se firme e intransigente em defesa do nosso patrimônio artístico, histórico e cultural. Pombal, a Paraíba, o Brasil e o Mundo agradecem. Saudações culturais. **(Kleber Ferreira- Mossoró- RN)**.

Se por um lado o patrimônio histórico pombalense é algo que aparece em “segundo plano” na visão dos governantes, para as pessoas envolvidas neste levante “A defesa do patrimônio histórico paraibanos é uma luta que sempre vale a pena ser travada.” **(Braulio Tavares- Rio de Janeiro- RJ)**. E é por esse valor inserido em cada um desses elementos que essas pessoas resolvem erguer sua voz. “Pombal, não dar para suportar o que os homens públicos estão fazendo com tua cultura, esquecendo-a.” **(Eudézio Cardoso- Presidente Médice- RO)**

Caro Tavares. A Cadeia Pública de Pombal está, para nós pesquisadores, como um marco histórico para o capítulo do cangaço na história do Nordeste e do Brasil. A luta continua companheiro!!! Enquanto tivermos cidadãos preocupados com a preservação da nossa história e que tenham a devida coragem de denunciar estes descasos, ainda veremos a luz no fim do túnel. Siga em frente na tua luta. **(Kyldelmir Dantas- Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC)- Mossoró- RN)**

A “luz no fim do túnel” representa para essas pessoas, a certeza de que ao retornarem um dia ao seu local de origem, poder se deparar novamente com os mesmos objetos que deixaram durante a sua partida. Ou ainda, a garantia de poder ter como exemplo, objetos como a antiga cadeia da cidade ou mesmo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, elemento de grande importância e que ao longo de séculos vem ajudando a contar a história dessa parte do Brasil, ainda pouco explorada pelos historiadores.

Contudo, se levarmos em consideração os resultados alcançados com a criação do manifesto em defesa do patrimônio histórico da cidade Pombal, podemos então afirmar que: uma das maiores conquistas adquiridas com a criação desse movimento, foi justamente a conscientização dessa parcela da sociedade, que neste caso, se apresenta em quantidade expressiva em busca da preservação dos objetos que constituem a memória desse lugar.

Apresentamos como conquista, pois, sabemos das dificuldades existentes para reunir um número considerável de pessoas, na luta por questões que para grande parte da sociedade é tida como “desnecessária”, por não termos em nossa cultura o costume de preservar os objetos que fizeram parte da nossa história. E quando isso ocorre é sobre uma série de dificuldades.

Além disso, não é fácil encontrar pessoas que queiram se opor aos governantes das cidades interioranas, cidades consideradas “pequenas” onde a política é usada como principal ponto de manipulação de pessoas, e ainda mais, para tratar de um assunto que pode desagradar até mesmo as pessoas que estão ao seu redor, por muitas vezes essas pessoas terem as suas residências incluídas no foco daquela discussão.

Já no que diz respeito aos objetos que teriam sido o ponto principal da questão levantada, mesmo com as dificuldades aparentes, como por exemplo, o tempo levado para conclusão do processo, fato que veio se concretizar somente em 2006, o movimento também trouxe como ponto positivo a retirada dos barracos que se encontravam no entorno das praças do centro histórico da cidade, que na ocasião, encobriam a visão da Casa da Cultura causando transtorno para a sociedade.

Conforme o Termo de Ajustamento de Conduta estipulado entre o Ministério Público, Prefeitura Municipal de Pombal e o IPHAEP foram retirados da frente da Casa da Cultura, os estabelecimentos comerciais (trailers) eliminando a interferência nefasta que os mesmos causavam na ambiência urbana dos bens imóveis culturais presentes: a Casa da Cultura e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (IPHAEP, 0271/2003, fl. 63).

Porém, para que isso fosse possível, algumas mudanças foram realizadas pela administração municipal. Com a participação do IPHAEP, fiscalizando e orientando os trabalhos, foram realizadas algumas mudanças que levaram a reformas dos objetos históricos e a nova reconfiguração das praças do centro histórico da cidade.



Mapa 5- Praças do centro da cidade de Pombal após nova configuração 2014 (Acervo pessoal)

Fonte: Google maps

Como podemos perceber surgem dentro desse novo traçado outros elementos que vão passar a fazer parte do cotidiano da população.

As duas praças que em sua configuração original foram construídas separadamente, agora ganham um novo traçado urbano, sendo unificadas por uma calçada que passa a substituir o espaço por onde antes trafegavam os veículos. Além disso, outros elementos passam a ocupar espaço no largo das referidas praças.

Em vistoria efetivada no dia 16 de março de 2006 na cidade de Pombal para diagnosticar as intervenções realizadas na praça J. Ferreira de Queiroga, observamos que os serviços se encontram em sua fase final de execução. (IPHAEP, 0271/2003, fl. 63).

Esses serviços são na verdade uma tentativa de resolver os problemas de ocupação do espaço público por comerciantes da cidade, os mesmos comerciantes que em outra ocasião estacionavam seus barracos em frente aos objetos históricos. Dessa forma, destacamos os interesses pessoais se sobrepondo mais uma vez ao patrimônio histórico das cidades.

A construção da praça de alimentação no local que tanto significa para a sociedade pombalense, como forma de recolocar os referidos comerciantes no centro da cidade, talvez para a grande maioria da população não tenha influenciado tanto mudando de maneira significativa a configuração do lugar. Porém, reabre a discussão e nos leva a pensar no futuro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional diante dos interesses da própria população, onde sempre se arrumam maneiras e meios para descaracterizar o bem patrimonial que mesmo amparados por Leis encontram-se desprotegidos sobre a ameaça de desaparecer deixando apenas lembranças.

3.3- Patrimônio esquecido

A demarcação dos centros históricos nas cidades brasileiras é um fato que denota grande importância dentro do processo de preservação dos bens patrimoniais. Em nossa concepção, acreditamos que partir da catalogação dos objetos históricos torna-se mais fácil identificar e selecionar elementos que por ventura tenham exercido qualquer influência em uma determinada época ou sociedade.

Além disso, enumerando cada um dos objetos tem-se a possibilidade de um maior controle no processo de preservação de tais elementos, fato que pode colaborar de maneira expressiva para que esses monumentos não sejam alvos dos “inimigos da memória” pessoas que de alguma forma colaboram com o desaparecimento de tais objetos.

Entretanto, mesmo sendo a demarcação dos centros históricos uma alternativa viável no campo da preservação patrimonial, ainda assim, acreditamos que essa demarcação não ocorra com tanta eficiência, pois, acaba deixando de fora elementos que poderiam ter sido incluídos evitando que a sua existência fosse ameaçada.

É comum encontrarmos dentro dessa demarcação, praças, igrejas ou prédios públicos que serviram ou ainda continuam servindo a população mesmo depois de anos de existência. Também é comum ver os objetos onde se passaram fatos importantes da nossa história, serem sacralizados pela população, como é o caso do rio Ipiranga, local onde teria ocorrido a proclamada da independência do Brasil em 1822.

Porém, existem objetos que mesmo apresentando em seu corpo físico traços e aspectos característicos de diferentes épocas ou sociedade, ainda assim, esses elementos não são o

suficiente para que esses sejam incorporados como parte constituinte de uma memória a ser tombada.

Na experiência pombalense, por exemplo, existem várias residências que nos dão uma noção de como isso acontece e comprovam que nem sempre a presença de objetos que evidenciam a história dos nossos antepassados e que contribuíram para a formação do espaço urbano são suficientes para que os mesmos sejam incluídos no livro do tomo.



Foto 17- Rua João pessoa 2014 (Acervo pessoal)



Foto 18- Patrimônio não tombado 2014 Casa 1 (Acervo pessoal)

Como podemos observar a Rua João pessoa, também conhecida pela sociedade pombalense como “rua dos correios,” por nela está inserido desde 1931 a Agencia dos Correios da cidade,¹⁴ estar repleta de residências que denunciam em suas faixadas a presença do “Art Déco”¹⁵ estilo arquitetônico importante que teria se disseminado por vários países do mundo durante as primeiras décadas do século XX.

São residências que se encontram na maioria das vezes em bom estado de conservação e que logo ganham destaque pela presença dos objetos que enfeitam as suas faixadas como, por exemplo; figuras, brasões e outros elementos gráficos característicos no Art Déco.

Esse estilo arquitetônico diferencia-se do estilo de arquitetura presentes nos dias atuais, onde as faixadas são na maioria das vezes lisas e as presenças do vidro, da textura, da cerâmica são cada vez mais comuns nesse modelo de arquitetura que se torna ainda mais moderno a cada dia que passa.

¹⁴ Ver sobre essa construção no site: <http://clemildo-brunet.blogspot.com.br/2009/01/inaugurao-da-reforma-da-agencia-dos.html>

¹⁵ Art Déco- Em linhas gerais é um estilo arquitetônico e artístico que surgiu na Europa na década de 1920, chegando ao Brasil e em outros países do mundo a partir da década de 1930.



Foto 19- Patrimônio não tombado 2014 Casa 2 (Acervo pessoal)



Foto 20- Patrimônio não tombado 2014 Casa 3 (Acervo pessoal)



Foto 21- Patrimônio não tombado 2014 Casa 4 (Acervo pessoal)



Foto 22- Patrimônio não tombado 2014 Casa 5 (Acervo pessoal)



Foto 23- Patrimônio não tombado 2014 Casa 6 (Acervo pessoal)



Foto 24- Patrimônio não tombado 2014 Casa 7 (Acervo pessoal)

Entretanto, a demarcação do centro histórico da cidade da forma como está descrita no processo 0030/2001 do IPHAEP, no qual está inserida a proposta de tombamento dos bens patrimoniais da cidade, não atinge esses objetos, deixando de fora essas e outras edificações que tiveram uma importante participação no processo de formação da sociedade pombalense.

Sendo assim, vários questionamentos nos levam a pensar no que teria de fato acontecido para que essas edificações que guardam aspectos importantes da história

pombalense, não fossem incorporadas a proposta de delimitação que mais tarde seria escolhido pelo IPHAEP como centro histórico da cidade de Pombal.

Isso nos faz refletir inclusive acerca dos critérios, individuais ou coletivos utilizados na escolha dos objetos a serem tombados, já que termina selecionando apenas parte daquilo que é importante, enquanto o resto que está ao seu redor, agora passa a depender ainda mais do bom senso dos proprietários para que possam continuar existindo e não venha a desaparecer em meio às mudanças que ocorrem diariamente em nossas cidades.

Na mesma rua além das residências já citadas encontrava-se também a fábrica da Brasil Oiticica, que como já mencionamos no primeiro capítulo foi de grande importância para o desenvolvimento econômico da região a partir da década de 1930. Essa importante indústria foi durante algum tempo um celeiro de obras e reduto de vários trabalhadores da região. Mas apesar da sua importância histórica, isso não foi o suficiente para que a sua existência fosse de fato assegurada pelos órgãos preservacionistas.



Foto 25- Patrimônio não tombado, resquícios da Brasil Oiticica 2014 (Acervo pessoal)

Sabemos que por se tratar de uma propriedade privada e por ela estar desativada já há alguns anos, é aceitável que os interesses comerciais inseridos por trás de suas muradas tenham influenciado em sua derrubada. Porém, o que nos leva a questionar é até que ponto a proximidade das residências acima citadas com a Brasil oiticica situada na mesma rua, pode ter influenciado no processo de escolha e demarcação do centro histórico da cidade. Já que uma vez a fábrica inserida dentro da delimitação do centro histórico, a sua derrubada seria bem mais difícil, pois ela estaria sujeita as penalidades presentes na lei patrimonial assim como qualquer objeto tombado.

Por outro lado, nota-se que é diferente o tratamento que é dado à coisa pública. Pois, mesmo não estando dentro da linha que delimita o centro histórico da cidade, como podemos constatar no mapa (3) prédios públicos como a sede da Sociedade Artística Operária Beneficente, a Escola Estadual 8 de Julho e a Estação Ferroviária de Pombal, encontram-se amparados pela lei do tombamento.



Foto 26- SAOB e Colégio 8 de julho 2014 (Acervo pessoal) Foto 27- Estação Ferroviária 2014 (Acervo pessoal)

Diferente disso, a chaminé da Brasil oitica só se torna um elemento digno de receber os olhares dos órgãos preservacionistas quando a sociedade por meio de manifestação tenta fazer intervenções para impedir a sua derrubada. Este fato culminaria mais tarde no reconhecimento do IPHAEP para com a chaminé, agora como parte importante da história de Pombal e por esse motivo, digna de ser preservada.



Foto 28- Chaminé da Brasil Oitica 2014 (Acervo pessoal)

Concluindo o nosso raciocínio, podemos observar que quando tratamos de preservar a memória edificada deixada por nossos antepassados, esbarramos em uma série de dificuldades que acabam colaborando com o desaparecimento dos objetos que pertencem a toda população.

Não se pode negar a importância do patrimônio público tombado no processo de reconstrução histórica de qualquer sociedade, porém, deixar de fora qualquer outro objeto que tenha estado presente em momentos importantes de uma determinada sociedade, por ele não pertencer a um conjunto de prédios classificado como público, é negar parte da história, é fazer com que parte daquilo que nos pertence seja de fato esquecido, é colaborar com os “inimigos da memória” para que parte da história seja pacificamente perdida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A preservação do patrimônio histórico nas cidades do interior que guardam em seu corpo físico importantes lembranças deixadas por nossos antepassados, tem se tornado tema cada vez mais frequente no campo acadêmico. Muitas vezes as pesquisas surgem por uma simples curiosidade acerca de um determinado objeto e durante os trabalhos essa curiosidade acaba se transformando em uma forte aliada, tanto para o historiador quanto para a história do local que passa a ser vista sob novas perspectivas.

Quando iniciei esse trabalho, já tinha um pouco de conhecimento sobre a “antiga” cadeia da cidade de Pombal, hoje denominada Casa da cultura Senador Ruy Carneiro. No entanto, o que chegava para mim talvez seja o mesmo que a maioria das pessoas que conhecem o local também obtém de informações. Entendia que a cadeia era um lugar muito seguro para os parâmetros da época e ao visualizar as suas paredes de um metro de largura, ou ao tocar suas grades de ferro maciço, só confirmava as expectativas.

Sobre a história do local sabia por algumas leituras ou mesmo por ouvir pessoas comentarem que “por lá tinha passado muitos presos importantes” e que muitos deles tinham o seu nome registrado pela audácia ou por seus atos de crueldade em uma determinada época. Histórias de heróis e bandidos que quase sempre nos instiga e que muitas vezes nos deixam querendo saber um pouco mais sobre os fatos ocorridos. Além disso, tentava entender como um prédio tão “velho” tinha resistido tanto tempo mantendo-se tão preservado, enquanto outros prédios da cidade que não tinham o mesmo tempo de construção já estavam a desabar, talvez, por falta de cuidados ou por pura intenção, para que no local fosse construído um outro elemento mais importante. Era isso que entendia quando comecei as pesquisas.

Com o objeto de pesquisa definido comecei a pensar questões que ainda não tinham sido respondidas e que poderiam ser de grande importância em um trabalho acadêmico. Questões como: Qual importância da cadeia e quais as necessidades da época para que fosse construído um presídio de segurança máxima no sertão da Paraíba na primeira metade do século XIX? Quando e quais os motivos que levaram a desativação da cadeia? Como se deu a transformação da cadeia em casa da cultura? E qual a importância desse objeto para a sociedade pombalense no século XXI? Perguntas que discutimos ao longo de todo nosso trabalho, mas que ainda podem ser mais bem exploradas em outros trabalhos acadêmicos.

É importante relatar que um dos maiores problemas que enfrentamos e que talvez seja pertinente a maioria dos historiadores que trabalham com épocas recuadas, e que muitas vezes acaba fazendo com que os pesquisadores desistam do tema escolhido, é a falta de documentos escritos como fonte inicial de uma pesquisa. Sabemos que os meios de escrever a história a partir de novos métodos como a fotografia ou por meio da oralidade, por exemplo, já tem colaborado muito com a escrita da história principalmente depois da escola dos Annales. No entanto, essa pode não ser a escolha do pesquisador, por achar que a falta de habilidade deixará o trabalho complicado ou demorado, ou mesmo por outro motivo, o que acaba fazendo com que o trabalho seja deixado de lado logo de início.

Em nosso caso a falta de fontes no início da pesquisa nos levou a trabalhar de forma diferente, a partir das ações patrimoniais, mas, sem abandonar o objeto inicial que era a casa da cultura. Porém, no decorrer da escrita já quando nem esperava ter acesso a essas respostas, por obra do acaso, me deparei com documentos que me levaram a retomar discussões que tinham sido propostas no início da pesquisa, mas, que poderia ser encaixadas naquele momento fato que contribuiu muito para nosso trabalho.

No que diz respeito ao trabalho com o patrimônio tombado de Pombal-PB, a escolha nos fez conhecer a cidade sobre uma nova perspectiva. Existe uma cidade dentro da cidade, em que os limites ultrapassam as linhas imaginárias e que chegam aos moradores através de suas ações. Para os órgãos preservacionistas esses limites talvez sejam apenas linhas imaginárias que demarcam um centro histórico ou que tentam manter preservados locais que guardam em seu corpo físico resquícios de uma sociedade passada. Já para os moradores a cidade delimitada é algo que lhes impõe limites e mesmo estando os centros urbanos em constantes transformações, essas transformações não podem ocorrer de qualquer forma, pois estariam levando consigo parte do que é importante para as gerações futuras.

As ações patrimoniais nas cidades históricas tem sido uma importante tentativa de se manter preservada a história dos nossos povos passados. No entanto para que isso ocorra de maneira coerente é preciso que a população tenha consciência daquilo que está sendo feito para que possa entender que preservar não é apenas manter de pé um prédio histórico.

Nas ações que ocorreram em Pombal onde a Casa da Cultura foi o centro da discussão, podemos ver a própria população buscando medidas para chamar a atenção do poder público e do próprio IPHAEP em relação ao descaso que estava ocorrendo com a “antiga cadeia”. Isso ocorre não porque a cadeia é “velha” ou por ela ter sido tombada, mas porque existia uma

ameaça contra um objeto com o qual a sociedade se identifica. Um objeto que a própria sociedade o significa como parte importante de sua vivência e dos seus antepassados, um lugar que para a população que a protege deverá servir de exemplos para seus descendentes como forma de aprendizagem para as gerações futuras.

As ações geradas a partir dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico contribuem no sentido de que a proteção e preservação desses objetos sejam garantidas por Lei, mas, nada disso é o bastante se a própria população não se manifesta em favor dessa preservação. Porém, muitas vezes por receio dos próprios limites impostos pela Lei do patrimônio 0025/37 o cidadão acaba não procurando seus direitos preferindo agir por conta própria e acaba muitas vezes ferindo a Lei sendo responsabilizados por seus atos.

Ainda se tratando de delimitação dos centros históricos, chegamos a conclusão de que para que esta delimitação ocorra é preciso que haja uma seleção por parte do órgão preservacionista, uma catalogação que acaba muitas vezes deixando de fora parte do que é importante para a memória coletiva. Na experiência pombalense, a demarcação com base em uma proposta anterior deixou de fora residências e objetos que foram importantes para a história da cidade, mas que naquele momento na concepção do IPHAEP não deveria ser incluídos.

Esses elementos que não foram inclusos estão inseridos em nossa perspectiva naquilo que chamamos de cidade fora da cidade. Representam o patrimônio esquecido ou aquilo que está às margens dessa cidade tombada. São objetos que assim como o patrimônio tombado também dependem da iniciativa da população para continuar existindo, ações como a manifestação em defesa da chaminé da Brasil Oiticica que acabou transformando esse objeto em algo digno de ser protegido (WSCOM, 2011), ou uma simples conscientização por parte do proprietário que reconheça naquele elemento o seu valor histórico.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ignácio Tavares. **Brasil Oitica:** A agonia da velha fábrica ao ressoar o seu último apito. João Pessoa, 2007. Disponível em:

<http://www.obeabadosertao.com.br/v3/ignaciotavares/brasil-oitica-a-agonia-da-velha-fabrica-ao-ressoar-o-seu-ultimo-apito.3094.html>. Acesso em: 19 de maio de 2014.

ARAÚJO, Nóbrega de Sousa. **Sob o céu estrelado de Pombal:** Fragmentos recompostos. João Pessoa: Editora A União, 1997.

ARMELINI, Angela Inês Micheletti da Silva Quintino. **A preservação do patrimônio em Santo André:** uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados. São Paulo, 2008; Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>.

Acesso em: 17 Abril. 2013.

CHOAY, François. **O urbanismo:** Utopias e realidades uma antologia. São Paulo: Editora perspectiva, 1979.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. **Preservação urbana em Diamantina:** aspectos teóricos e pratica institucional. Salvador: UFBA/ FAU, 1995(Dissertação, grau e preservação urbana).

DE SOUSA, Verneck Abrantes. **Nossa história, nossa gente:** A cruz da menina de Pombal. Pombal- PB, Gráfica Martins, 2006.

DE SOUSA, Verneck Abrantes. In; Nossa história, nossa gente; **Igreja de Nossa Senhora do Rosário.** Pombal-PB, 4 Ed. Gráfica Martins, 2008.

DE SOUZA, Alan Nardi. **Bem distante do panóptico:** a Cadeia Pública de Mariana na primeira metade do século XIX. ANPUH-RIO, 2010.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. [et al,] **Patrimônio histórico**: como e porque preservar. Bauru, SP; canal 6, 2008. Disponível em:
<http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/acervo/pdf/patrimonio_historico_mp_sao_paulo.pdf>Acesso em: 16 Abril. 2013.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: Uma trajetória. Brasília: SPHAN/ FNPM, 1980.

MEIRA, Ana G. "Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico." **História em Revista**. Pelotas 10 (2005): 30-39.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PARAÍBA. **Processo nº 0030/2001**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Tombamento da Antiga Cadeia publica e da Igreja do Rosário de Pombal, João Pessoa, PB, 02 de Março de 2001, fls. 01-120.

PARAÍBA. **Processo nº 0112/2006**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Solicitação de documento a prefeitura municipal de Pombal, João Pessoa, PB, 04 de julho 2006, fls. 01-64.

RAMOS, João Batista da Silva; SANTANA. Flávio Carreiro de. Entre a ideia jurídica e o consumo: a invenção do patrimônio cultural de Areia-PB. **Revista Tarairiu**. Campina Grande, a. 1, v. 1. 2010. Disponível em: <http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu>. Acesso em: 22 de Maio. 2013.

ROLIM, E. S. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB**: memória, políticas públicas e educação patrimonial. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SANT'ANNA, Márcia. Modernismo e patrimônio: O antigo-moderno e o novo antigo. In: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes, Oliveira, Olívia Fernandes. **(Re)discutindo o Modernismo**. Salvador, 1997, p. 119-128 (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA).

SEIXAS, Wilson. In: **O Velho Arraial de Piranhas-Pombal**. 2ed. João Pessoa: Grasfet, 2004.

SARMENTO, Christiane. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba: Pombal e Sousa, 1697-1800**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SIMÃO, Maria Cristina rocha. **Preservação do patrimônio cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TARGINO, Itapuan. Patrimônio Histórico da Paraíba 2000- 2002. In: **O Centro Histórico de Pombal - O Velho Arraial de Piranhas**. João pessoa: Ideia, 2003. p. 33-60

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

WANDERLEY, Alba Cleide Calado. **A construção da identidade afrobrasileira nos espaços das irmandades do rosário do sertão paraibano**. João pessoa: UFPB, 2009 (Tese de doutorado).

Sites de Fotos

Google:

<https://www.google.com.br/search?q=brasil+oiticica+de+pombal&biw=1366&bih=576&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=50vKVJ-jK4fds>

Portal Clemildo, Comunicação e Rádio:

<http://clemildo-brunet.blogspot.com.br/2012/06/brasil-oiticica-agonia-da-velha-fabrica.html>

Borges, Marília Santana. "Art déco, entre a Tradição e o Moderno." *II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE* (2006).Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/%2862%29.pdf> Acesso em: 06 de Fevereiro de 2015